



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

✓ ✓ ✓

ATA NÚMERO DOIS

ATA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DOZE. -----

----- Ao vigésimo sexto dia do mês de Abril do ano de dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua 2.ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de dois de Abril de dois mil e doze, e com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----
 - A. EVOCAÇÃO DO 25 DE ABRIL; -----
 - B. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA A AUTARQUIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 39 DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----
2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----
3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----
 3. 1 APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 1/2012; -----
 3. 2 INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL. [(ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO]; -----
 3. 3 PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2011 DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA; -----
 3. 4 INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

3.5 DOCUMENTOS FINAIS OBRIGATÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DA MAIA, RELATIVOS AO ANO DE 2011;

3.6 RELATÓRIO DE GESTÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS: DA “EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.E.M.”; DA “ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO, E.E.M.”; DA “MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.E.M.”; DA “ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA, PRODUÇÕES CULTURAIS, E.E.M.”; DO TECMAIA – PARQUE DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA, (PARA CONHECIMENTO);

3.7 ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO – CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO PREVISTO NO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO: DA “CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA”; DOS “SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA”; DA “ACADEMIA DAS ARTES – PRODUÇÕES CULTURAIS, E.E.M.”; (PARA CONHECIMENTO). -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes. Fez referência à distribuição feita no início da sessão, a todos os Senhores Deputados presentes, da Declaração de Voto dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, relativa às Contas de Gestão do exercício do ano de 2011, justificando a oportunidade da distribuição tardia, com o facto da mesma ter sido entregue na Assembleia Municipal nesta data. Informou que o Senhor Deputado Hugo Alexandre da Silva Maia, do PSD, tinha apresentado um pedido de suspensão do mandato por seis meses, sendo substituído, neste período, pelo Senhor Deputado Armindo Ferreira Moreira e que para a presente sessão tinham pedido a sua substituição os Senhores Deputados: Regina

Maria Campos de Assunção Serra, do PSD; Manuel Tavares da Costa Cardoso Gomes, do PSD; Lídia Paula dos Santos Silva Pereira Branco, do PSD; Cândido Joaquim Lima da Silva Graça, do PSD e Vítor Miguel Silva, do PS. Estes Senhores Deputados foram substituídos respetivamente, pelos Senhores Deputados: Tiago João Tavares dos Santos Silva, Marco Fernando Araújo Pimenta, Maria Edite Quina Alves, Olga Cristina Rodrigues da Veiga Freire e Pedro Miguel Monteiro Martins. Lembrou aos cidadãos presentes e interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, para fazerem a sua inscrição prévia, preenchendo o impresso próprio e fazê-lo chegar à Mesa. Disse que na Reunião da Comissão de Trabalho das Atividades da Assembleia Municipal tinha sido acordado com todos os presentes que, tal como consta da Ordem de trabalhos, o Período de Antes da Ordem do Dia teria dois pontos. O primeiro destinava-se a evocar o 25 de Abril, no qual cada representante das forças políticas, por ordem crescente da representatividade na Assembleia, iria fazer uma intervenção evocativa do 25 de Abril, com um tempo máximo de cinco minutos. Os discursos seriam blindados, sem direito a qualquer resposta. No ponto B, os Senhores Deputados iriam apenas abordar assuntos importantes e urgentes, para não alongar a sessão, tendo acrescentado que tinham dado entrado na Mesa quatro propostas e que seriam discutidas neste ponto. Verificadas as presenças constatou-se a ausência dos Senhores Deputados Armindo da Silva Moutinho, Eugénio José Vieira Teixeira, Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte e Rui Manuel Madureira de Sousa Monteiro. -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

A - EVOCAÇÃO DO 25 DE ABRIL; -----

----- Usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES, dos IVNT, leu o texto que faz parte integrante da ata como **documento 1.** -----

DAVID AUGUSTO DUARTE TAVARES, do CDS-PP, leu o texto que faz parte integrante da ata como **documento 2.** -----

PEDRO MIGUEL NEVES FERREIRA, da CDU, leu o texto que faz parte integrante da ata como **documento 3.** -----

FRANCISCO AMORIM DOS SANTOS BAPTISTA, do BE, leu o texto que faz parte integrante da ata como **documento 4.** -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES, do PS, leu o texto que faz parte integrante da ata como **documento 5.** -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA, do PPD/PSD, leu o texto que faz parte integrante da ata como **documento 6.** -----

B - TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA A AUTARQUIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 39 DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que tinham dado entrada na Mesa as quatro propostas: -----

----- A primeira era uma Moção sobre o encerramento da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Águas Santas, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, que faz parte integrante da ata como **documento 7.** -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA leu o documento e colocou-o à admissão. -----

----- A Moção foi admitida por unanimidade. -----

----- Para a sua discussão inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado: -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA leu o texto que faz parte integrante da ata como **documento 8.** -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA leu o documento e colocou-o à admissão. -----



----- A Moção foi admitida por unanimidade. -----

----- Não se verificaram inscrições para a sua discussão. -----

----- Posta à votação, a Moção foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- A segunda era outra Moção sobre a Lei número 8/2012, de 21 de Fevereiro – Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas – apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que faz parte integrante da ata como **documento 9**. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA leu o documento e colocou-o à admissão. -----

----- A Moção foi admitida por unanimidade. -----

----- Não se verificaram inscrições para a sua discussão. -----

----- Posta à votação, a Moção foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- A terceira era outra Moção sobre a situação económica da empresa Carpan – Cooperativa Abastecedora dos Retalhistas de Produtos Alimentares do Norte – apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA leu o documento e colocou-o à admissão. -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que estava de acordo com o texto dos considerandos; porém, sobre o teor na proposta de deliberação da Moção sugeriu aos proponentes que fosse apresentado com o seguinte texto: -----

“1 - Que a Câmara Municipal interceda junto da Administração e Direção da Carpan CRL e CARPAN - Supermercados Unipessoal no sentido de apurar que tipo de apoios pode prestar para a viabilização da Cooperativa. -----

2 - Que a Câmara Municipal diligencie junto do Ministério da Economia que no âmbito do Programa Revitalizar, tome medidas que permitam a viabilização da CARPAN CRL e

CARPAN – Supermercados Unipessoal, e a consequente manutenção dos cerca de 200 postos de trabalho.”. -----

Perguntou o Grupo Parlamentar do BE se aceitava a sua sugestão. Se a aceitasse, o Grupo Parlamentar do PSD votaria a favor a Moção. -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA disse que estava de acordo com a sugestão apresentada pelo Líder do Grupo Parlamentar do PSD, uma vez que o objetivo e o teor essenciais da sua Moção estavam salvaguardados. -----

----- A Moção, com as alterações apresentadas, faz parte integrante da ata como **documento 10**. -----

----- Posta à votação, a Moção foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- A quarta era outra Moção sobre a continuação das isenções e descontos nas antigas SCUT, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que faz parte integrante da ata como **documento 11**. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA leu o documento e colocou-o à admissão. -----

----- A Moção foi admitida por unanimidade. -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

PEDRO MIGUEL NEVES FERREIRA disse que a CDU estava de acordo com os considerandos que estavam transcritos no documento; porém, não estava de acordo com a exortação final sobre manutenção do atual regime de isenções e descontos nas antigas SCUT. No nosso Concelho, as estradas municipais não tinham condições de poderem ser alternativas de circulação seguras e viáveis às antigas SCUT. Por esta razão, qualquer proposta, que não passasse pela eliminação da cobrança de portagens nas antigas SCUT'S, não era merecedora do voto favorável da CDU. -----

(Handwritten signatures/initials)

JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES esclareceu que os objetivos e fundamentos da presente moção era o desta Assembleia exortar o Governo para manter o atual regime de isenções e descontos nas antigas SCUT'S aos atuais utilizadores abrangidos pela discriminação positiva e que aderiram ao dispositivo eletrónico de identificação de matrícula. Há cerca de dois anos, quando as portagens foram introduzidas, nenhum dos presentes poderia então imaginar que, passado este tempo, o país iria estar na situação de crise económica e financeira que vive presentemente. Esta realidade e o fato da Maia ter sido efetivamente prejudicada com a introdução de portagens no seu Concelho, um município que concentra polos de atividade industrial, empresarial e económica com uma inequívoca relevância na região norte e no país. A atenção dada a esta realidade, à qualidade de vida dos maiatos, à continuação das dinâmicas empresariais que na Maia pudessem vir a ser criadas, fez com que o Grupo Parlamentar do PS apresentasse a presente Moção. Havia uma diferença de princípio com a que foi defendida pelo Senhor Deputado da CDU, Pedro Miguel Neves Ferreira. Para o PS, as SCUT'S devem ser portajadas, mas em contrapartida deveriam ser criados regimes e formas de discriminação positiva para as regiões mais desfavorecidas, de forma a haver e tornar possível uma maior equidade. Pelas razões evocadas, esperava um consenso por parte de todo o Plenário. Lamentava, mas compreendia os fundamentos apresentados pelo Senhor Deputado da CDU. -----

----- Posta à votação, a Moção foi **aprovada por maioria**, com uma abstenção da CDU. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para intervenções para os Senhores Deputados falarem de assuntos gerais de interesse para a autarquia, tendo-se inscrito e usado da palavra os Senhores Deputados: -----

PEDRO MIGUEL NEVES FERREIRA falou sobre o encerramento do Centro de Saúde de Águas Santas, o agrupamento de escolas em mega agrupamentos, a manifestação em Lisboa

contra a extinção de freguesias, a Linha do Metro da Trofa e a realização no Fórum da Maia da X Assembleia da Organização Regional do PCP, através da leitura do texto que faz parte integrante da ata como **documento 12**. -----

ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA prescindiu do uso da palavra. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA em resposta às intervenções proferidas disse ao Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres que estava de acordo com as suas palavras, pois era igualmente defensor da discriminação positiva. Acrescentou que na A41, nos nós de acesso ao território da Maia, estavam instalados cinco pórticos de cobrança de portagem: 1 - Acesso ao Aeroporto, 2 - acesso à LIPOR e EN13, 3 - acesso à EN13 e EN14, 4 - acesso à EN14 e EN107, 5 - acesso à A3 em Folgosa. Considerou um exagero comparado com outros Concelhos como os servidos pela A28, que em toda a sua extensão - do Porto a Viana do Castelo - tinha 4 pórticos: 1 em Matosinhos/Angeiras, 2 na Póvoa do Varzim, 3 em Espinho e o 4 em Viana do Castelo/Neiva. Disse que a Câmara Municipal, além das isenções, tinha solicitado ao Governo a retirada de três destes cinco pórticos – o 2, 3 e 4 - de forma a quem circulasse pelo concelho não fosse obrigado a ter de pagar portagens. Sobre o encerramento de Unidades de Saúde, disse ao Senhor Deputado Pedro Miguel Neves Ferreira que não estavam previstos mais encerramentos de Unidades ou Extensões de Saúde no nosso concelho. Confirmou que estava previsto, para o próximo mês de maio, o encerramento do Centro de Saúde dos Moutidos, em Águas Santas. A Junta de Freguesia e a Câmara Municipal estavam a envidar esforços, junto da ARS Norte, no sentido de evitar que fosse encerrado e evitar a prevista transferência de cerca de oitocentos utentes para a Extensão de Saúde de Milheirós. Para o efeito, leu uma carta enviada ao Senhor Presidente da ARS Norte, que faz parte integrante da ata como **documento 13**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Y *M*

2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

----- Não se verificaram inscrições do público para usar da palavra. -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

3. 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 1/2012; -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posta à votação a ata **foi aprovada por maioria** com três abstenções provocadas por ausência à respetiva **sessão**. -----

3. 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. | ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO; -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que tinha sido enviada a todos os Senhores Deputados a “Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal”, que faz parte integrante da ata como **documento 14**. -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

3. 3. PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2011 DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA; -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA propôs e foi aceite por todos que os pontos 3.3.

Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2011 da Câmara Municipal da Maia; 3.4.

Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação e

3.5. Documentos Finais Obrigatórios de Prestação de Contas, dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Maia, relativos ao ano de 2011 fossem discutidos em simultâneo e votados em separado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

O PRESIDENTE DA CÂMARA pediu a palavra para dar um esclarecimento prévio sobre a Prestação de Contas do Município do ano de 2011, tendo lido o texto que faz parte integrante da ata como **documento 15**. -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA leu o texto que faz parte integrante da ata como **documento 16**. -----

PEDRO MIGUEL NEVES FERREIRA leu o texto que faz parte integrante a ata como **documento 17**. -----

MARCO JOSÉ DUARTE MARTINS leu o texto que faz parte integrante a ata como **documento 18**. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que, pela primeira vez, a Câmara enviara para aprovação à Assembleia Municipal a Prestação de Contas Consolidadas através do Relatório de Gestão Consolidado de todo o universo municipal. A Prestação de Contas Consolidadas era um princípio que ele próprio vinha defendendo nos últimos anos. Por esta razão, considerou este ato como uma nota positiva. Sempre que se discutia a Conta de Gerência, discutia-se o Orçamento e vice-versa. A Oposição utilizava a técnica de “pescadinha com rabo na boca” de não aprovar o Orçamento com o fundamento de não espelhar a Conta de Gerência e não aprovava a Conta de Gerência porque não aprovava o Orçamento. O PS afirmara que não iria validar o Relatório de Prestação de Contas, porém, não tinha apresentado uma única razão para fundamentar o seu voto, salvo uma razão estrutural, que compreendia e até ficava agradado, uma vez que era óbvio que o presente Relatório de Prestação de Contas não espelhava o projeto político do PS para a Maia. O PS não poderia aceitar que um município, como o da Maia, que tinha reduzido de forma tão significativa o seu endividamento ao longo dos últimos anos, não poderia ter o apoio do PS. O

valor das taxas de execução foram muito positivas, face ao enquadramento macroeconómico do nosso país. No capítulo das receitas verificou-se uma espectável diminuição, sobretudo a dos impostos indiretos que era preocupante, uma vez que era um sintoma da realidade económica global do nosso país. Formulou votos para que o atual Governo consiga encontrar o tratamento com o remédio certo para debelar a doença da nossa economia. A Oposição cismava com a Orçamentação das Receitas de Capital. A Oposição continuava a cismar que o Município da Maia, com os seus ativos, não deveria orçar qualquer previsão de receita de capital. Compreendia que deveria ser orçado. A Oposição considerava um pecado não haver uma boa taxa de execução nas receitas; porém, considerou que isto era um sinal de boa gestão, uma vez que não era oportuno a alienação dos nossos ativos, uma vez que, na atualidade, o mercado desvalorizava-os significativamente. Havia, a nível orçamental duas filosofias. A primeira era a que acabara de referir e a segunda era a que a Oposição, ao longo dos anos, cismava em defender. Considerou que, para além da cisão, não vinha nenhum mal ao mundo. O mal seria se, por força da orçamentação de receitas de capital que não se concretizam, o município da Maia estivesse a agravar o endividamento. A Oposição tinha afirmado que no seguimento do que sempre defendera e, ainda, dando cumprimento às suas previsões económicas, a atual Maioria estava a proceder à redução do endividamento. No que se referia aos desvios de execução de receita, a poupança que era feita permitia a redução da dívida e era o suficiente. Falava por si. Confessou ter ficado triste com a preocupação das forças políticas situadas à esquerda do PSD em relação aos resultados líquidos negativos do nosso município. A Câmara da Maia não seria privatizada. Os resultados líquidos eram negativos e, obviamente, não o queria, mas esta situação não traduzia qualquer problema, uma vez que estes resultados eram devidos a dois fatores: o das amortizações devidas ao facto da Câmara da Maia ter construído escolas do ensino básico e ainda devido às provisões que o

departamento financeiro, com seriedade, tinha feito, que salvaguardava a estrutura contabilística e que espelhava a realidade de todos os universos municipais. O PS tinha falado, e bem, sobre dois assuntos sobre os quais ele próprio tinha falado: Tecmaia e Fundos de Investimentos. O PS afirmara, com acerto, que era necessário que a dívida dos Fundos de Investimento estivesse expressa na dívida do município. Não contradizia esta afirmação. Mas era mentira. Se os Fundos de Investimentos fossem declarados insolventes, teriam um custo nulo, em numerário, para o município, mas a sua perda teria um importantíssimo custo de ativos. Tinha ouvido do líder parlamentar do PS afirmar que era a mesma coisa. Manifestou o seu contentamento com esta afirmação, uma vez que significava que o PS pensava da mesma forma que o PSD. Porém, ficara perplexo pelo facto de nenhum dos Senhores Deputados da Oposição ter referido qual era o Ativo Líquido do Município da Maia. O seu valor deveria orgulhar todos os maiatos. O PS não falou do ativo líquido, pois não eram indicadores de boa gestão, mas tinha falado de fundos de investimento e sobre estes reclamara por não estarem devidamente contabilizados nas contas consolidadas, porque poderia significar a perda de alguns ativos importantes do nosso município. Para a Oposição, os nossos ativos não contavam, mas a sua perda seria uma tragédia. Sobre o Tecmaia disse que estava em desacordo que as suas contas estavam inseridas nas contas consolidadas e, desta forma, a sua dívida era imputada à capacidade de endividamento do município. Apesar da Câmara Municipal a ter colocado nas suas Contas de Gerência, com efeitos perversos no resultado da sua própria gestão, carecia de explicação, uma vez que o Tecmaia era uma sociedade anónima. Sobre a dívida do Tecmaia disse que esta ou era imputada à Câmara Municipal, - lembrou que há muitos anos era Deputado Municipal e nunca a Assembleia Municipal recebera qualquer pedido de aprovação para a contratação da dívida do Tecmaia, - ou a dívida do Tecmaia era da responsabilidade da sociedade anónima Tecmaia, que agora, por força da

lei, foi transformada numa empresa municipal. A contração da dívida, o seu crédito tinha assentado em garantias reais e que deveriam ser suficientes para caucionar a dívida. Por tudo isto, não compreendia a razão pela qual o nosso município poderia vir a ser afetado com esta medida. A responsabilidade não poderia ser assacada a quem tinha elaborado a Conta de Gerência, mas a quem legislou. Quem legislou sobre este assunto fê-lo de forma errada, pois desconhecia a realidade das autarquias. Não sabia o que eram autarquias locais. Eram os mesmos que legislavam para permitir às empresas do Estado, que, com avais do Estado, irem à banca conseguir empréstimos. Com estas ações, colocaram o nosso país no estado de grave crise económica em que se encontra e que todos nós a iam pagar. Um aspeto relevante do presente Relatório de Contas prendia-se com o facto de o nosso município ter adquirido capacidade de endividamento. Esta realidade era de fundamental importância. Sobre a preocupação manifestada pelo Senhor Presidente da Câmara em relação à designada Lei dos Compromissos, lançou-lhe um seguinte repto que era o travar a fundo o processo de diminuição da dívida do município. O nosso município não ia ser privatizado. Não era a RTP e ninguém iria comprar ações da Câmara Municipal da Maia. Da mesma forma que não iríamos ganhar o prémio Nobel da diminuição da dívida. Se por causa da referida Lei dos Compromissos – que considerou parecer-lhe ser inconstitucional – fosse necessário travar a diminuição da dívida, não deveríamos hesitar. Outro assunto relevante relacionava-se com a prestação de contas dos SMAS. A Oposição não estava satisfeita com o facto de haver mais de trinta milhões de ativos líquidos que não constavam das contas consolidadas mas que eram referidos pelos Revisores Oficiais de Contas. Nos últimos anos, apenas o PSD tinha votado a favor as contas dos SMAS, uma vez que a Oposição os considerava tecnicamente falidos. Quando o PSD assumiu a responsabilidade da gestão dos SMAS os seus ativos patrimoniais eram de cerca de um milhão de euros. Presentemente, os ativos patrimoniais dos SMAS eram

superiores a seiscentos milhões de euros. Não sabia qual seria o sentido de voto da Oposição, esperava que fosse favorável. -----

ALBINO BRAGA DA COSTA MAIA pediu a palavra para defesa da honra. Disse que o Senhor Deputado Pedro Miguel Neves Ferreira ao afirmar que “tão ladrão é quem vai à horta como quem fica à porta”, estava a chamar ladrões à Câmara Municipal e a todos os que nela trabalhavam. Não poderia aceitar tal insulto e, por ser ofensivo para o bom nome do órgão Câmara Municipal e de todos os seus colaboradores, pediu ao Senhor Deputado que se retratasse. Outra atitude ofensiva do mesmo Senhor Deputado tinha sido a referência feita ao Senhor Doutor Vieira de Carvalho. Disse que o Senhor Doutor Vieira de Carvalho não era, na atualidade, o Presidente da Câmara Municipal da Maia porque tinha falecido, pois o voto democrático dos eleitores da Maia tê-lo-iam escolhido para seu Presidente. As palavras proferidas pelo Senhor Deputado Pedro Miguel Neves Martins foram ofensivas para a memória de uma personalidade como foi o Doutor Vieira de Carvalho. Deveria estar calado. Não era digno de poder usar da palavra para fazer acusações insultuosas. Considerou a sua atitude insultuosa, mal-intencionada e do pior que poderia haver. Por estas razões se sentira ofendido e tinha pedido a palavra para defesa da honra. -----

PEDRO MIGUEL NEVES FERREIRA pediu a palavra para usar o direito de resposta. Disse que ao citar o ditado “tão ladrão é quem vai à horta como quem fica à porta” não tinha a intenção de ofender ninguém e o seu contexto não era humilhante. Sobre a proibição de falar, afirmou que tinha sido eleito para falar e fá-lo-ia sempre e diria sempre o que entendesse ter de dizer. Ninguém o calaria. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA, em resposta às questões levantadas, informou o Senhor Deputado Silvestre Santos Gomes Pereira que os alunos das nossas escolas do ensino básico também tinham refeições gratuitas no período de férias. A Urbanização do Sobreiro

necessitava de ser submetida a obras de beneficiação. A Câmara Municipal tinha apresentado uma candidatura ao Programa Prohabita, para a celebração de um acordo entre a Câmara Municipal e o Instituto Nacional de Habitação visando a repartição de encargos nas obras de reparação e recuperação das habitações do Bairro do Sobreiro. Esclareceu o Senhor Deputado Marco José Duarte Martins que as verbas destinadas à ação social estavam inseridas em vários itens. Sobre o orçamento, disse existir uma previsão e uma execução. Por isso, a taxa de execução tinha sido de 68,40%. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA disse que de acordo com a sua proposta que foi aceite por todos os Senhores Deputados iria passar à votação dos pontos 3.3 a 3.5. -----

3.3. PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2011 DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA foi aprovada **por maioria** com 15 votos contra: 12 do PS, 2 do BE e 1 da CDU. -----

3.4. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO foi aprovado **por unanimidade**. -----

3.5. DOCUMENTOS FINAIS OBRIGATÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DA MAIA, RELATIVOS AO ANO DE 2011 foram aprovados **por unanimidade**. -----

3.6 RELATÓRIO DE GESTÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS: “EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.E.M.”; “ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO, E.E.M.”; “MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.E.M.”; “ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA, PRODUÇÕES CULTURAIS, E.E.M.”; TECMAIA – PARQUE DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA, (PARA CONHECIMENTO); -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do “Relatório de Gestão das Empresas Municipais: “Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M.”; “Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.E.M.”; “Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.”; “Academia das Artes da Maia, Produções Culturais, E.E.M.” e Tecmaia – Parque da Ciência e Tecnologia da Maia. -----

3.7 ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO – CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO PREVISTO NO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO: DA “CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA”; DOS “SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA”; DA “ACADEMIA DAS ARTES – PRODUÇÕES CULTURAIS, E.E.M.”; (PARA CONHECIMENTO). -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- A Assembleia Municipal recebeu e tomou conhecimento da documentação: Cumprimento do dever de informação previsto no artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro: da “Câmara Municipal da Maia”; dos “Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia” e da “Academia das Artes – Produções Culturais, E.E.M.”. -----

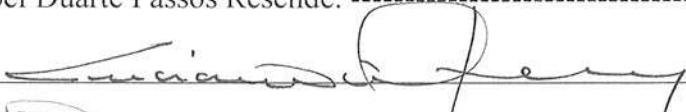
----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

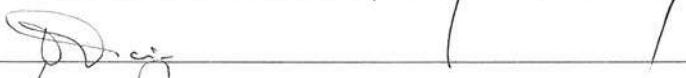
----- E sendo zero horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e sete de Abril do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva

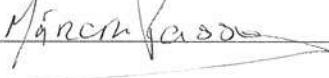


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Gomes, pela 1.^a Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia e pela 2.^a Secretária Márcia Isabel Duarte Passos Resende. -----

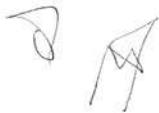
O Presidente: 

A 1.^a Secretária: 

A 2.^a Secretária: 



25 de Abril de 2012



Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Ex. mas Senhoras Secretárias da Mesa da Assembleia Municipal.

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Ex. mos Senhores Vereadores

Ex. mos Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta,

Comunicação Social, Exmo. Público.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

É bom recordar Abril. Passados 38 anos porventura já tudo terá sido dito sobre a revolução dos cravos. Ditadura, Guerra, Liberdade são palavras que nos remetem para essa memória, mas também Educação, Saúde, Trabalho, Habitação, Progresso e Esperança, esperança numa vida melhor para todos, numa sociedade mais justa mais aberta, num futuro melhor.

É importante recordar Abril. Passados 38 anos já muita da nossa população sentiu de facto que antes de Abril a vida era muito diferente, sem democracia, sem direitos, sem partidos políticos, com censura, com guerra, com pobreza, com analfabetismo, com mortalidade infantil, com isolamento, com medo! Depois vieram as conquistas, o direito ao voto e a eleições livres, finalmente podíamos ter opinião, cada um podia dizer o que queria sem ter medo de ser preso. Os outros países passaram a reconhecer-nos como um país livre e

✓
democrático, entramos na Europa e temos hoje portugueses nos mais altos cargos de instâncias internacionais e também por isso somos respeitados como Nação aberta, moderna e humanista.

✓
✓

Mas, passados 38 anos e mergulhados nesta crise terrível, surgem sinais de alarme que nos remetem para a memória anterior a Abril. Com o flagelo do desemprego e da precariedade, as empresas a encerrar a um ritmo assustador, tal como antes de Abril todos os dias vemos os jovens a partir para outros países em busca da sobrevivência, muitos a deixarem de estudar por falta de recursos, concidadãos a deixarem de recorrer à saúde porque não podem pagar os tratamentos, famílias a devolverem as habitações às instituições de crédito por não as conseguirem pagar numa imagem que nada tem a ver com a esperança e o projeto de Abril.

Somos hoje um povo triste, temos um país sem rumo, diariamente somos bombardeados por más notícias e vivemos sempre a desculparmo-nos com a frase feita de que os responsáveis por tudo, são os que estiveram antes.

É verdade que continuamos a ter liberdade e sinto-me feliz por neste lugar a poder usar, mas que liberdade tem hoje um cidadão ou mesmo um casal que não consegue emprego ou acaba de o perder, não pode educar os seus filhos, não pode pagar a sua casa e não tem dinheiro para comer ou para acudir a uma doença?

Com os vencimentos a sofrerem abaixamentos de mais 14%, sem décimo 13.º mês e sem subsídio de férias (que prevejo nunca mais voltaremos a recebê-los), com cortes em todos os setores e segundo a opinião de conceituados especialistas em economia, não se vislumbram melhorias significativas nos anos mais próximos para o nosso país.

Será que como responsáveis estaremos em condições de contrariar este ciclo de descrenças e poderemos parar por algum tempo as grandes obras para passarmos a centrar todo o esforço num maior apoio a áreas sociais e portanto ajudar as pessoas mais desfavorecidas?

Ao longo destes 38 anos muito foi feito de bom, tenhamos coragem de dizer também que erramos, saibamos com inteligência refletir para não voltarmos a cometer os mesmos erros, mas acima de tudo unamos

esforços para de forma concertada e coesa enfrentemos as dificuldades e nos centremos no que é prioritário – as pessoas.

Alguém disse que o fraco líder faz fraca a forte gente, saibamos nós ser fortes líderes pois as gentes são fortes. Temos essa obrigação perante a memória de Abril, pois foi Abril que permitiu o voto livre.

38 anos depois urge relembrar as conquistas do 25 de Abril. Naquela madrugada um grupo de jovens lutou por elas, hoje continua a ser necessário lutar pela esperança de Abril, é necessário valorizar os valores que conquistamos, em especial a LIBERDADE.

Viva o 25 de Abril, Viva a Maia, Viva Portugal

Floriano de Pinho Gonçalves

Floriano de Pinho Gonçalves - Deputado IVNT

Exmo sr Presidente da Assembleia Municipal

Exº sr Presidente da Câmara Municipal

Secretários da Mesa

Srºs Deputados

Srsº Vereadores aqui presentes

Publico em geral

Comunicação social

Trinta e oito anos após o 25 de Abril é espantoso como um frase do Doutor Oliveira Salazar se transformou na principal peça de retórica em todos os discursos políticos do actual “politicamente correcto”. A frase é a seguinte: “debalde, porém, se esperam que milagrosamente por efeito da varinha mágica mudassem as circunstâncias da vida portuguesa. Pouco mesmo se conseguirá se o País não estiver disposto a todos os sacrifícios necessários”(27.Abril. 1928).

Trinta e oito anos após o 25 de Abril é espantoso como alguns – e não são tão poucos como isso – têm do Poder Local uma visão de submissão e uma enorme saudade dos tempos em que os Presidentes de Câmara eram nomeados, como uma espécie de delegados do Estado Novo em cada município de Portugal.

Trinta e oito anos após o 25 de Abril é espantoso como a visão democrática do Cidadão, entidade política dotada de direitos e deveres, se transformou numa visão retrógrada em que os

direitos são considerados luxos e os alegados deveres uma imposição quase divina.

Na verdade, neste Portugal em que os três “Dês” da revolução de 25 de Abril desenvolver, democratizar e descolonizar – deveriam ter sido uma conquista irreversível, estão a ser, postos em causa, e substituídos pelos novos três “Dês”- défice, desemprego e dívida.

Estão a ser postos em causa por uma agenda política não sufragada, escondida sob o manto espesso da literatura específica de um Programa Eleitoral, e por um celeberrimo acordo que tem servido para tudo menos para os efeitos que deveria servir: dinamizar a economia portuguesa e promover, definitivamente a inclusão social.

Esta minha preocupação não visa este ou outro governo .A questão politico/partidária é muito insignificante quando se fala da pátria ou de liberdade. Nenhum governo desde o 25 de Abril soube inverter a tendência recessiva e despesista que levou Portugal a um regresso ao passado.

Trinta e oito anos após o 25 de Abril e trinta e seis anos após a aprovação da Constituição de 02 de Abril de 1976 está o País inteiro sujeito à incerteza e a um alegado garrote da “não alternativa”, que é mesmo que confessar publicamente uma incompetência intolerável para quem em nome do Povo e pelo Povo nos representa e governa.

“Agora é que é importante”

Tendo em conta que estou naquela que é a casa da Democracia do nosso Município – a Assembleia Municipal – e não me esquecendo da dita “reforma administrativa” em curso e das eventuais alterações à Lei da Autarquias Locais – não posso deixar de manifestar a minha enorme preocupação por duas terríveis possibilidades que estão em cima da mesa: a primeira é que as estruturas de base do poder autárquico sejam objecto de um golpe de natureza jurídica e administrativa que as transforme em meros escritórios de representação de um Poder cada vez mais centralizado; a segunda é que a representação democrática dos cidadãos seja amputada em favor de um bipartismo crescente, à semelhança dos velhos tempos do Rotativismo.

Não esquecendo a matriz democrata-cristã do partido que represento e escutando com atenção o que a Conferência Episcopal nos tem, sistematicamente, dito não basta em tempos de crise apelar a sempre presente solidariedade dos portugueses, é essencial que existam políticas públicas que acudam às crescentes aflições das Famílias e que ponham cobro a dois flagelos intoleráveis: o crescimento descontrolado do desemprego e o empobrecimento cavalgante da Classe Média, esteio de qualquer sociedade civilizada, que corre o risco de desaparecer. Um País sem emprego e sem classe média é uma ficção apenas apreciada pelos ricos que se tornam cada vez mais ricos, indecentemente ricos.

Apesar de tudo ainda tenho esperança que Portugal seja capaz. Foi sempre capaz ao longo da sua história.

Nenhuma crise se tornou definitiva. Houve sempre uma reserva de coragem que permitiu aos portugueses reinventarem o seu destino.

Viva a Maia

Viva Portugal

Viva a Liberdade

Pelo CDS/PP



A handwritten signature in black ink, appearing to read 'DT' followed by 'David Tavares'.

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA



Intervenção do Período Antes da Ordem do Dia – Evocação do 25 de Abril

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Demais membros da mesa,

Caríssimos Srs. Deputados e

Estimados membros do público:

Evocar os acontecimentos de 25 de Abril de 1974 é dar voz à luta pela liberdade, pela emancipação de Portugal das garras da mais longa ditadura fascista que a Europa conheceu; dar voz à revolta fermentada por tantos em tantos anos de agruras, de misérias, aflições, perseguições; fermentada até pelo sangue de tantos heróis, a maior parte deles anónimos, cujas vidas foram símbolo do corpo de Portugal imolado.

Celebrar o 25 de Abril 1974 é dar voz aos valores e conquistas da Revolução dos Cravos, nomeadamente os que melhor responderam aos anseios populares, forjados na resistência de operários e camponeses, trabalhadores e democratas portugueses, e estiveram na génese da extensa base de apoio popular ao movimento dos capitães: a paz, o pão, a saúde, a educação e a liberdade.

Nos dias que correm é urgente reafirmar estes valores, dizê-los bem alto, sublinhar a esperança numa sociedade mais fraterna, mais humana, enfim, na sociedade que Abril nos trouxe, que em Portugal entrou pelas portas que Abril abriu, como tão bem nos ensinou Ary dos Santos, voz de Abril e dos Homens livres.

É urgente reafirmá-los, tanto pela sua actualidade como pelas diversas correntes que sub-repticiamente os procuram matizar, pôr em perspectiva, sofismá-los, renomeá-los, tentando assim reescrever a História.

Na Maia, assistimos à vergonha de não haver dinheiro para uma celebração condigna, proposta pela presidência desta assembleia, porque, ao que parece, são muito onerosos os festejos em memória do anterior presidente da Câmara, Vieira de Carvalho. A CDU, nesta evocação possível do Dia da Liberdade, faz questão de deixar em acta que a mesma Câmara Municipal tão indigente ao ponto de não poder contribuir para a celebração da democracia, nem por isso se coíbe de assinalar com pompa e circunstância uma figura da fase tardia do regime fascista, último presidente da Câmara imposto pela ditadura e deputado à Assembleia Constituinte pela União Nacional no parlamento fantoche do fascismo, onde até 24 de Abril de 1974 desfilaram as concubinas do regime. Um homem que foi preso na sequência da tentativa de golpe do 11 de Março, acusado de ligações ao Exercito de Libertação Popular, uma organização terrorista. São factos que enumeramos em jeito de contributo para que, fazendo-se memória, esta possa ser mais abrangente e menos selectiva. Trata-se evidentemente de uma questão de lealdades. Cada qual saberá priorizar as suas.

Não é, porém, caso único. Somos hoje um país conduzido por políticos que estão nos antípodas de Abril. Esses mesmos que, nas palavras da Associação 25 de Abril, romperam “o contrato social estabelecido na Constituição da República Portuguesa”, que impõem “medidas e sacrifícios” que ultrapassam “os limites do suportável”, cujas políticas geram “condições inaceitáveis de segurança e bem-estar social [que] atingem a dignidade da pessoa humana”, que condenam Portugal ao “estatuto (...) de um protectorado, com dirigentes sem capacidade autónoma de decisão nos nossos destinos.”

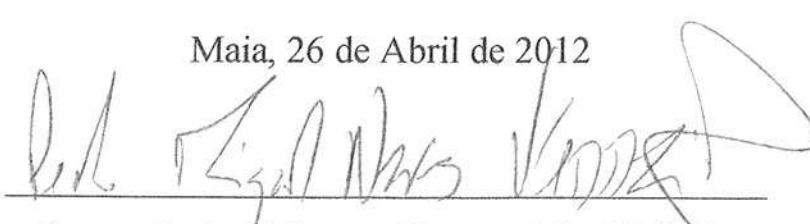
38 anos após o dia da Revolução, Portugal está refém de um governo que se acha no direito de roubar salários a quem vive do seu trabalho, que entrega a riqueza do país ao capital estrangeiro, sem qualquer pejo em prejudicar o Estado em milhares de milhões de euros, só para beneficiar correligionários, como é o caso da vergonhosa entrega do BPN a um grupo angolano dirigido em Portugal por um antigo ministro do PSD; nas mãos de um governo que destrói o Serviço Nacional de Saúde, fechando serviços públicos e empurrando os portugueses para a prestação privada de cuidados médicos, caminhando novamente para um tempo em que saúde era apanágio de quem tinha dinheiro, um tempo que a Revolução dos Cravos veio superar; um governo que tenta vergar o povo pela desesperança, cinicamente convidando os jovens a abandonar o país e condenando os que cá ficam à pobreza, convencidos de que estão assim a amansar o povo.

Celebrar o 25 de Abril é dizer-lhes com clareza que nem a esperança está morta, nem o povo é manso. É dizer-lhes que o povo que fez Abril, esse povo imenso, nas palavras de Cardoso Pires, essas “levas de gente saída do branco das trevas, de cinquenta anos de morte e de humilhação”, enfim chegado à “Primavera aberta depois de 47 anos de mentira, de polícia e ditadura”, esses e as gerações que lhes seguiram são povo insubmisso, cioso dos seus direitos e amante da liberdade, é povo que não se verga facilmente perante uns quaisquer aprendizes de verdugos.

Contra estes, nós por cá estaremos, com Abril por nossa bandeira.

Viva o 25 de Abril!

Maia, 26 de Abril de 2012



Deputado da Coligação Democrática Unitária



Bloco de Esquerda
Grupo Assembleia Municipal da Maia

2
n
A

Senhor presidente
Senhoras Secretárias
Senhor Presidente da Câmara
Senhores Vereadores
Caros Deputados e Presidentes de Junta
Comunicação Social
Digníssimo Públíco

NUNCA ABDICAREMOS DE NADA!
VIVA O 25 DE ABRIL

Lamentavelmente mais uma vez no concelho da Maia os seus órgãos autárquicos deixaram passar o dia 25 de Abril sem uma comemoração condigna para a importância desta data. Mais uma vez foi a crise invocada como factor decisivo para a sua não realização. Entretanto recebemos convites, da Câmara Municipal, para as comemorações do 10º aniversário da morte do Dr. Vieira de Carvalho. Aqui BE depara-se com critérios políticos e de prioridades. As dificuldades invocadas não passam de um subterfúgio. O BE não se opõe às comemorações desta efeméride já que o Dr. Vieira de Carvalho, para o bem ou para o mal, faz parte intrínseca da história da Maia, independentemente da opinião das forças políticas aqui representadas sobre o seu desempenho e obra deixada. Isto vai sair muito caro. Muitas têm sido as vozes cavernosas de responsáveis governamentais que insultam o 25 de Abril.

Direito pagos por pesados impostos durante a vida de trabalho para subsidiar o desemprego, a baixa por falta de saúde, as reformas ou apoios em situação de desgraça, são rotuladas por este governo de **“esmolas que o governo dá”**

Triste conceito dos deveres do governo para com os que mais necessitam e enorme falta de respeito para com um povo trabalhador pagador de impostos, orgulhoso da sua revolução dos cravos (e já agora Vermelhos) que ao longo dos anos tem tido demasiada benevolência para com uma classe política de governantes, PS, PSD, e CDS, que a vida vivida, mostrou sobejamente, terem sido de uma incompetência confrangedora.

O 25 de Abril não foi um lapso político do povo Português, não foi uma qualquer nascente de cobiças pouco sérias, não foi uma eufórica fantasia de uns quantos alucinados, tão pouco foi uma aberração de um iluminado dirigente político de uma qualquer corrente ideológica. Foi, isso sim, o espatifar, sem dó nem piedade, de um passado ultrajante e fascista. Um momento histórico para um povo que se apruma de norte a sul do País, desde as grandes cidades à mais pequena aldeia encravada no mais recôndito lugar para dar inicio ao mais amplo e poderoso movimento democrático de massas de que há memória em Portugal. Uma força e vontade sem limites. Foi e é, contra essa força que o capitalismo e os seus subalternos se viraram e clamam vingança!

A necessidade de um novo 25 de Abril tem sido colocada nos últimos meses, em diversos tons, como resposta à degradação da situação do país. No 38.º aniversário da madrugada

libertadora de Abril, propomo-nos discuti-la à luz dos famosos 3 D – Descolonizar, Democratizar e Desenvolver – a matriz do Programa do MFA em 1974.

Comecemos pela **Descolonização**. Portugal, felizmente, não tem colónias, apesar de haver militares portugueses envolvidos na força de ocupação da NATO no Afeganistão – mais uma aventura neocolonial condenada ao fracasso. Hoje o problema coloca-se ao contrário: Portugal está reduzido à condição semicolonial, não tanto pela partilha de soberania (incluindo a moeda) no quadro da UE, mas pela submissão aos ditames da *troika* e à ditadura da dívida que é o verdadeiro governo (anti) económico do país.

Democratização. O estado da nossa democracia é preocupante e salta à vista pelas taxas de abstenção superiores a 50% em eleições consecutivas – foi inferior a 10% na Constituinte de 1975... Pior é o estrangulamento da democracia a nível local, com a extinção de freguesias e municípios, o congelamento da regionalização, novas leis eleitorais autárquicas e parlamentares que visam distorcer a proporcionalidade e forjar maiorias absolutas na secretaria para reforçar o bipartidarismo “à americana”. A repressão policial atingiu níveis que fazem lembrar o “antigamente”, como no dia da Greve Geral e no assalto à Es.Col.A da Fontinha, no Porto.

Desenvolvimento. Após o 25 de Abril Portugal progrediu do ponto de vista económico e social, tornando-se irreconhecível em áreas como a saúde e a educação universais, apesar de não gratuitas. Muitas destas conquistas estão em risco e o país entrou em depressão económica, com a dívida soberana a disparar após a bolha especulativa de 2008 e a nacionalização dos prejuízos do BPN, BPP, as PPP, etc. Com o assalto aos salários, subsídios e pensões impostos pelo governo da *troika*, o desemprego bate todos os recordes e Portugal afunda-se num ciclo vicioso de dívida – austeridade – pobreza – mais dívida...

Ou seja, vivemos em estado de emergência que justifica plenamente “um novo 25 de Abril”, isto é, uma ruptura profunda com as políticas e os políticos da nossa desgraça. Como a história não se repete, o que poderá ser hoje um 25 de Abril?

Esperar qualquer iniciativa dos quartéis é um erro profundo. Desde logo porque os limites da democracia formal não foram ultrapassados. Em 1974 as forças armadas tinham mais de 100 mil homens, na esmagadora maioria milicianos, mobilizados à força para uma guerra injusta e mais que perdida. Hoje, grande parte das FFAA são profissionalizadas e mercenarizadas. Se houvesse condições políticas nacionais e europeias para uma intervenção militar, seria mais de esperar um “28 de Maio” do que um “25 de Abril”.

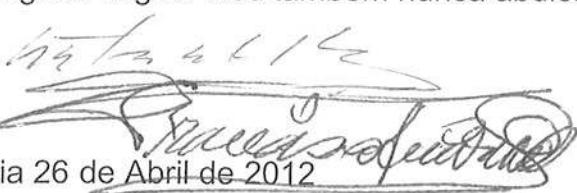
O 25 de Abril dos dias de hoje radica na multiplicação da resistência laboral e popular. É um sobressalto cívico que aprofundará a democracia participativa e representativa, sabiamente mescladas na Constituição de 1976. Reinventar Abril é tarefa permanente, sem data, nem hora, nem agendas pré-fixadas.

Um novo Abril imprevisível, para desespero da bufaria e dos seus mandantes.

Para terminar queremos aqui, nesta digna tribuna, prestar homenagem ao nosso querido companheiro de luta Miguel Portas falecido a 24 de Abril de 2012 que de feição firme, sorridente e humilde afirmava:

“EU NUNCA ABDIQUEI DE NADA”

Obrigado Miguel Nós também nunca abdicaremos de nada!


Maia 26 de Abril de 2012

Grupo parlamentar do Bloco de Esquerda de Assembleia Municipal da Maia



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signature]

Ex.mos
Presidente da AMM
Deputados municipais
Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhores Vereadores
Caros cidadãos

Trinta e oito anos e um dia depois, estamos aqui, neste espaço essencial da democracia local, a assinalar a data fundadora do regime democrático português. Uma data que queremos comemorar, porque queremos reafirmar as nossas convicções democráticas.

É em épocas de crise económica internacional, como a que vivemos, com impactos sérios para os povos do sul da Europa, que se torna mais urgente afirmar que só há soluções para a crise com o reforço das nossas exigências democráticas e com política sérias de coesão social. Foi com a democracia portuguesa que conseguimos os avanços sociais e políticos mais importantes e consistentes da nossa história. Só com o reforço da participação cívica e a afirmação dos valores

democráticos da liberdade, dos direitos humanos e da justiça social ultrapassaremos as dificuldades que hoje vivemos, enquanto portuguesas e na nossa condição de europeus.

O 25 de Abril – é bom não o esquecermos – pôs fim a um regime de extrema-direita de 48 anos, que mergulhou o país, marcado pela miséria e pela ignorância, numa tirania sem sentido, numa guerra colonial absurda e contraproducente e que limitou as possibilidades de a nossa economia acompanhar o ritmo impressionante de crescimento das economias europeias do pós-guerra, forçando 1 milhão de portugueses a emigrar. Em tempos em que a direita mais radical tende a ganhar força na Europa, é bom lembrar os efeitos catastróficos da sua predominância política em Portugal, ao longo de quase meio século.

Sem deixar de sermos exigentes relativamente ao nosso futuro colectivo, há que reafirmar, com orgulho, que o país vive, desde 1974, o mais longo período de paz e democracia

da sua História. E isto num quadro em que, apesar de todas as dificuldades que decorrem da crise económica internacional e de todos problemas e injustiças prevalecentes, avançamos com a integração europeia, aproximamo-nos dos padrões de vida dos países mais desenvolvidos, melhoramos de modo muito significativo as nossas infraestruturas e desencadeamos, mesmo que de forma ainda insuficiente, mecanismos essenciais do Estado Social, conseguindo melhorias impressionantes nos campos da educação, da saúde e da segurança social.

Estes avanços são essenciais para garantir a coesão social, indispensável ao desenvolvimento e à salutar vivência democrática. É por isso que temos de combater esta tendência, perigosíssima e com conotações ideológicas liberais e conservadoras muito evidentes, que quer fazer acreditar que as soluções para a crise estão no combate ao Estado Social, com a desvitalização dos serviços públicos em áreas como a da saúde e da educação, com a limitação dos

direitos de quem trabalha e com o recuo nos apoios a quem vive em circunstâncias sociais mais adversas.

O Partido Socialista tem responsabilidades decisivas, de que muito nos orgulhamos, na construção do Estado Social em Portugal. Estaremos pois na linha da frente pela afirmação da sua importância para que possamos viver numa sociedade que valoriza os direitos das pessoas e que encara a dignificação da vida humana como um compromisso essencial de todos e, de modo muito especial, de todos os que assumem responsabilidades políticas.

Sabemos que o Estado Social enfrenta desafios decisivos neste início de milénio, os quais podem ser equacionados em torno de cinco reptos fundamentais: promover a justiça social, sem negligenciar as desigualdades planetárias; defender os trabalhadores, sem esquecer as novas desigualdades; favorecer a inclusão, sem negar o direito à diferença; garantir a discriminação positiva nos serviços sociais, sem negligenciar

as virtudes do universalismo; estimular a providência social, sem recuar no papel de um Estado mais qualificado e mais exigente na prestação dos serviços públicos.

Todos estes desafios, ainda que evidentemente tenham um alcance muito mais amplo, fazem- se sentir também ao poder local. O poder local é uma das conquistas fundamentais da democracia portuguesa e não devemos minimizar os seus importantes contributos para a melhoria das condições de vida dos portugueses.

Mas há que reconhecer, também, que o poder local enfrenta problemas que, não sendo exclusivos da autarquia maiata, precisam de ser igualmente ponderados no nosso concelho.

Há, desde logo, por parte do poder central, uma postura de desconfiança e desrespeito que está a marcar a relação com o poder local, como não conhecíamos desde o 25 de Abril. O modo como está a ser conduzido o processo de reorganização da administração territorial é apenas um exemplo desta

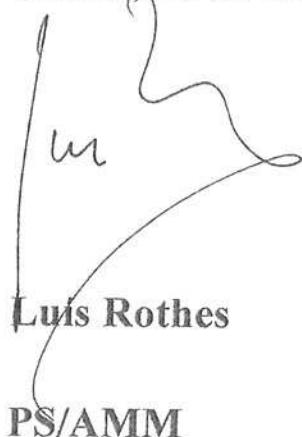
atitude deplorável. A autarquia maiata, ao contrário do que acontecia há uns anos atrás, por razões bem menores, tem acatado agora, de modo brando, os desmandos do poder central. É uma atitude de apagamento em que, infelizmente, parece ter mergulhado a atual maioria autárquica., em diferentes dimensões da sua ação política.

O poder local assente na fulanização excessiva, na falta de renovação política e no caciquismo populista; no favoritismo político-partidário e na propensão para a obra muito dependente do ciclo político, tão prejudicial à saúde financeira das autarquias, tem que ser coisa do passado. Precisamos de um poder local ambicioso e bem preparado, determinado na concretização de serviços de elevada qualidade às populações; um poder local atento aos problemas sociais e exigente na utilização dos bens públicos; um poder local empenhado no desenvolvimento de práticas de bom governo local, que permitam mais participação e mais transparência, assim como novas formas de organização e de

funcionamento da democracia municipal. Um poder local apostado na realização dos valores afirmados nessa manhã de Abril, essa manhã que a Sophia de Mello Breyner Andersen imortalizou no mais simples e no mais belo poema sobre o 25 de Abril:

Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo.

AMM, 26 de Abril de 2012



Luis Rothes
PS/AMM

Assembleia Municipal da Maia, 26 abril 2012Evocação do 25 de Abril – Dia da Liberdade

✓
P A

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia,
Eng.º António Bragança Fernandes,

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia,
Sr. Luciano da Silva Gomes,

Exmo. Senhor Vice-Presidente,

Exmas. Senhoras e Senhores Vereadores,

Exmas. Senhoras Secretárias da Assembleia Municipal,

Exmos. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Exmos. Senhores jornalistas,

Estimado Público,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A Assembleia Municipal da Maia, como Fórum Político de excelência da democracia representativa da Maia e dos Maiatos, é o local certo para se fazerem todas as reflexões políticas e estratégicas de avaliação do passado e preparação do futuro da nossa Maia.

Hoje, e neste momento, evocamos a passagem de mais um aniversário do Dia da Liberdade, o 25 de Abril.

Portugal de 2012 é muito diferente do Portugal de 1974.

Na madrugada de 25 de Abril de 1974, os militares saíram à rua, colocando um ponto final, em algumas horas, num regime autoritário cansado da guerra que hipotecava o futuro dos seus jovens enviando-os para uma guerra sem qualquer sentido, se é que alguma guerra faz sentido.

A possibilidade de escolha, aliada à liberdade de reunião, à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, ao acesso à justiça, ao sistema nacional de saúde, à educação e ao poder local autárquico são direitos que caracterizam uma sociedade Portuguesa que evoluiu e sem os quais não nos imaginamos a viver.

Hoje celebramos 38 anos de vida democrática.

Convido-os a todos que façamos uma pequena reflexão:

Quantas são as nossas crianças e adolescentes que, com idade inferior a 14 anos, não conhecem outra moeda que não o Euro? T A

São 1 572 546 crianças e jovens no País e na Maia são 22.778.

Quantos são os jovens que este ano, com idades entre os 15 e os 24 anos, muitos a terminar os seus cursos superiores, que não conhecem outra realidade além de viver num País, membro da União Europeia, e que olham para esta Europa como sua?

No País são 1 145 770 jovens e na Maia são 13.823.

Quantos serão os Portugueses com 38 anos, nascidos após 1974 que não viveram o 25 de Abril?

Cerca de 3.500.000 em Portugal e na Maia são aproximadamente 55.000 pessoas

Analizados estes números podemos concluir que cerca de um terço dos Portugueses e, também, de Maiatos não viveram o 25 de Abril e, felizmente, não conhecem outra realidade que seja, senão viver em liberdade.

Aqueles que sempre viveram em liberdade desconhecem o seu preço. É um lugar comum dizer-se com só nos apercebemos do valor das coisas quando ficamos privados delas.

Neste sentido, todos, sem excepção, temos a responsabilidade de lembrar os valores da liberdade conquistados por todo um Povo.

A liberdade e o 25 de Abril não são causas de um partido político ou de uma área política são, sim, as causas de um Povo.

Infelizmente, hoje, vivemos num País com menos liberdade do que há um ano atrás.

A privação de liberdade pode concretizar-se de muitas formas. Não é só a repressão e a brutalidade que são características da falta de liberdade.

A irresponsabilidade da acção governativa, nos mais diversos níveis, leva inevitavelmente, à perda de liberdade.

Hoje temos um Governo fortemente condicionado na sua acção política governativa pela irresponsabilidade dos governos que o antecederam e, digo governos, pois foram vários, uns com menos responsabilidade e outros com responsabilidade acrescida, como o último governo, que acumularam dívida, não tomaram as medidas necessárias, viveram assentes numa política de ilusões e hipotecaram o nosso presente e o futuro das novas gerações.

O nosso Povo diz que “pior é o cego aquele que não quer ver”
e o País durante tempo de mais não quis ver.

Na Maia, felizmente temos uma Câmara Municipal que soube ver e soube agir.

Contra a mediocridade dos que, sem visão, não percebem os tempos em que vivem e, muito menos, conseguem perspectivar os tempos que se nos avizinham, a Maia soube concretizar uma política de rigor e consolidação orçamental das contas do Município reduzindo à dívida em mais de 55 Milhões de Euros desde 2003 como ficará evidente nos relatórios de prestações de contas que hoje esta assembleia analisará e aprovará.

Quando alguns, sem qualquer tipo de pejo e decoro, afirmam demagogicamente que vivemos num Concelho parado, eu afirmo que vivemos num Concelho atractivo, com qualidade de vida, motor económico de uma Região que terá a responsabilidade de ser, uma vez mais, a locomotiva e o dinamo de um País rumo à saída da crise.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Esta afirmação reside em factos, e não em opiniões respeitáveis, mas desprovidas de factualidade e sustentabilidade.

Os dados provisórios dos Censos 2011 são claros.

A Maia foi o Concelho que mais cresceu na última década em toda a Área Metropolitana do Porto.

A Maia é o Concelho da Área Metropolitana do Porto com o maior Índice de sustentabilidade potencial, que é a relação entre a população em idade activa e a população idosa, com um valor muito acima da média da Região e do País.

Mas estes resultados não surgem por acaso.

Surgem porque o Município, em tempo oportuno, soube criar as condições de atractividade ímpares que nos caracterizam:

As infra-estruturas da rede viária são exemplos de excelência que nos permitem chegar a qualquer ponto do País de forma rápida e eficaz, potenciando as zonas industriais que estão dotadas de um planeamento que permitem sustentabilidade e factores de competitividade às nossas empresas acima da média.

Hoje o paradigma da gestão autárquica alterou-se por completo.

As dificuldades económico-financeiras do País estão a provocar um garrote legislativo sem precedentes na nossa história democrática que altera completamente a forma de gerir uma autarquia.

* Reforma Administrativa / lei da espuma

É cada vez mais evidente que quem não construiu as suas infra-estruturas dificilmente o poderá fazer na próxima década.

A Maia soube construir, soube modernizar-se e soube criar condições para a criação de emprego e de riqueza de todo o Concelho que contribui, de forma decisiva para o crescimento de toda uma Região que tem no Porto de Leixões e no nosso Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro os principais instrumentos de desenvolvimento económico.

Em 2005, quando o PSD apresentou o seu projeto político aos Maiatos, referiu que a nossa política centrar-se-ia nas pessoas e não no betão.

Desde então que verificamos ter sido seguida essa filosofia.

A aposta na Educação, sendo reconhecido por todos os agentes educativos, a mais-valia das nossas escolas e dos nossos programas inovadores que foram seguidos por outras autarquias e, até pelo País. Recordo as AEC e a importância do Inglês, da Informática e da Educação Física no 1º Ciclo de Ensino que hoje estão replicados em todo o País.

A aposta na Acção Social e na capacidade de resposta à emergência social sempre em rede e em parceria com as IPSS's e as demais Entidades Solidárias.

O apoio à terceira idade, imagem de marca deste Município, sempre foi uma das prioridades que o PSD sublinha pois são vários os programas em curso para potenciar o envelhecimento activo e de qualidade.

Consideramos que uma sociedade só é justa se soubermos cuidar daqueles que tudo deram de si para que hoje tivéssemos o que temos.

Não podemos esquecer que também fazem parte deste domínio a Acção Social Escolar e os programas de apoio à Família, seja através das comparticipações das refeições escolares em níveis elevados, seja no facto dos encarregados de educação poderem deixar as suas crianças nas nossas escolas às 7h00 da manhã e ir busca-los ao final do dia com a garantia de um acompanhamento profissional e integrado potenciando o seu bem-estar e o seu desenvolvimento psico-social.

Para este desenvolvimento humano, o Desporto e a Educação assumem aqui um papel relevante como forma de promoção de igualdade de oportunidades.

É um dado adquirido que mente sã significa corpo sã.

O facto de termos mais de 80 infra-estruturas desportivas ocupadas diariamente por 13.000 pessoas em que 5000 são crianças e jovens são demonstrativos da importância do desporto como alicerce importante do desenvolvimento dos nossos jovens.

As colectividades e todos os agentes culturais do Concelho que desenvolvem uma trabalho extraordinário na preservação das nossas raízes culturais traduzem uma política municipal de fomento da cultura a preços sociais por forma a que, na Maia, todos lhe possam aceder pois, uma sociedade sem cultura é uma sociedade estéril.

Na saúde a Maia criou condições para que o Estado pudesse investir nos Cuidados de Saúde primários como o fez. Hoje na Maia a esmagadora maioria da população tem médico de família em Unidades de Saúde adequadas e modernas.

No ambiente somos dos Concelhos do País com maior área verde por habitante.

Os investimentos efectuados em Parques Urbanos e pequenos espaços verdes de proximidade, aliados às politicas de promoção de hábitos de vida que têm na reciclagem, na separação dos resíduos e ao facto do Concelho deter uma cobertura de distribuição da rede de água de qualidade e saneamento são imagens de marca que traduzem a excelência da qualidade de vida da Maia.

Mas a ambição do PSD para a Maia não fica por aqui.

Queremos mais e melhor.

Em contra ciclo com o País, a Maia será capaz de investir mais cedo que todos os outros.

A linha de acção estratégica de consolidação das contas Municipais sem descurar a qualidade de vida dos Maiatos é fundamental para que possamos arrancar mais cedo que todos os outros.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O PSD considera que este é o momento de continuar a política definida por esta Câmara Municipal de consolidação das contas.

Este é o momento de cuidar das pessoas que mais precisam.

Este é o tempo de preparar o futuro.

O futuro prepara-se hoje. O futuro prepara-se todos os dias para que os nossos filhos vivam melhor do que nós, em verdadeira liberdade, para fazerem as suas escolhas sem estarem dependentes das imposições de qualquer credor.

A verdadeira liberdade consiste em podermos fazer as nossas escolhas de forma responsável e sem condicionalismos.

Por isso, hoje, o PSD felicita esta Câmara Municipal pelo trabalho que está a desenvolver de forma a assegurar a todos os Maiatos que, em virtude de ter percebido qual era o tempo de expandir e qual o tempo de manter, amortizando, a Maia, mais uma vez, está numa situação privilegiada face a todos os outros para que de forma livre possa fazer as suas opções estratégicas sem hipotecar o futuro.

Uma vez mais, estamos à frente rumo a um futuro melhor.

Muito Obrigado.

D. J. M. W.



1-
AS
AP

MOÇÃO

Considerando que:

1. Recentemente ocorreu o incompreensível e inexplicável encerramento da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) existente no Centro de Saúde de Águas Santas;
2. O referido encerramento, provocado pela aposentação de duas médicas sem que tal situação tenha sido previdida pelos organismos competentes, condiciona e prejudica a vida de centenas de pessoas que ficam privados de se deslocar a este local onde facilmente encontravam ajuda nos seus problemas de saúde primários;
3. A população de Águas Santas tem as legítimas expectativas de aceder aos cuidados de saúde primários na infra-estrutura existente na sua freguesia, que é a mais populosa do Concelho, construída em terrenos cedidos pelo Município para esse fim;
4. A população afecta a este importante serviço de saúde não pode ficar privada de cuidados de saúde primários e médico de família;
5. A posição unânime da Assembleia de Freguesia de Águas Santas que, obviamente, não aceita esta situação;
6. Estão a ser desenvolvidas iniciativas pela Junta de Freguesia de Águas Santas e pela Câmara Municipal da Maia junto das entidades competentes para a resolução do problema.

A Assembleia Municipal da Maia, atenta a esta realidade, delibera a aprovação da presente Moção e o seu envio ao Governo, aos vários Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Administração Regional de Saúde do Norte (ARS-N) e à direcção do Agrupamento de Centros de Saúde da Maia (ACES Maia) no sentido de manifestar a não aceitação desta medida e afirmar a necessidade de, em conjunto com a Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Águas Santas, ser encontrada, com a maior brevidade possível, uma solução que garanta às pessoas afectadas por esta situação o acesso aos cuidados de saúde primários e a médico de família nas instalações do actual Centro de Saúde de Águas Santas.

Maia, 26 de Abril de 2012.

Pelo Grupo Parlamentar do PPD/PSD



✓ AP AP

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal da Maia

No passado dia 1 de Abril, foram os utentes do Centro de Saúde Maia /Unidade de Aguas Santas surpreendidos com o encerramento daquele serviço com a explication de que os clínicos que exerciam funções naquele Centro de Saúde se teriam aposentado em Dezembro de 2011, em consequência disso no dia 26 de Março foi afixado um aviso a dar nota de que aquele posto de atendimento iria ser encerrado a partir de 1 de Abril!

Tal situação, supostamente teria acontecido devido à não substituição dos respectivos clínicos.

Ora, assim sem mais nem menos, cerca de 3.000 pessoas ficaram sem médico de família e sem assistência naquele local e são pura e simplesmente empurradas para que escolham entre as extensões de Milheirós ou Pedrouços. Isto porque a Unidade de Saúde Familiar que se situa no edifício contíguo se recusa a atender estes utentes!

É sabido que a grande maioria dos utentes do referido Centro de Saúde são pessoas de uma faixa etária já considerável e naturalmente para além dos problemas de saúde que os afectam, são também pessoas com muitas carências económicas.

Queremos informar que já tomamos uma iniciativa parlamentar através dos deputados do BE na Assembleia da Republica, através da qual questionamos o governo sobre este problema, mas até hoje ainda não recebemos qualquer resposta.

Assim, gostaríamos de saber se a Câmara Municipal foi conhecedora deste encerramento e quais as soluções apresentadas para que estes cidadãos da Maia continuem a ser atendidos com a proximidade a que estavam habituados, dadas as dificuldades de mobilidade que possuem. Pensamos que a melhor solução seria que estes utentes passassem a ser atendidos pela Unidade de Saúde Familiar de Aguas Santas.

Solicitamos assim a intervenção do executivo junto da ARS Norte, no sentido de que fosse encontrada uma solução de acordo com a pretensão das pessoas afectadas por este precipitado e incompreensível encerramento.

Maia 26 de Abril de 2012
 O Grupo Parlamentar do BE

Silvestre Pereira

✓

2-

8

M



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal da Maia

Moção

A recente Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro – Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas – está a asfixiar os municípios, mesmo aqueles que têm tido uma gestão financeira responsável e cuidada.

Englobada nos pacotes de medidas financeiras de empobrecimento forçado, a lei em apreço retira capacidade aos municípios para continuarem a apoiar financeiramente inúmeras actividades de grande valia social, cultural e desportiva.

Mostrando um grande desconhecimento sobre o funcionamento das autarquias e das organizações locais, a Lei nº 8/2012, se aplicada, vai traduzir-se na falta de resposta a situações de emergência e no encerramento de serviços que atualmente são prestados à comunidade.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal da Maia, reunida em 26 de Abril de 2012, consciente das dramáticas consequências da aplicação daquela norma,

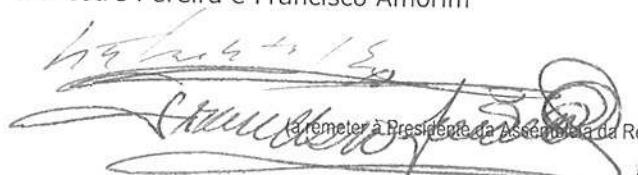
1 – Manifesta a sua profunda discordância com o teor da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro;

2 – Reclama da Assembleia da República a reapreciação daquele diploma, para que os municípios não sejam asfixiados financeiramente e impedidos de cumprir as suas atribuições e competências legais.

Maia, 26 de Abril de 2012

O grupo parlamentar municipal do BE

Silvestre Pereira e Francisco Amorim



(remeter à Presidente da Assembleia da República e grupos parlamentares)



BLOCO DE ESQUERDA

Doc. 10

Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal da Maia

MOÇÃO

Sobre a Situação Económica da Empresa CARPAN - Cooperativa Abastecedora dos Retalhistas de Produtos Alimentares do Norte

- Considerando a grave situação económica da Cooperativa CARPAN, com sede no Concelho da Maia, devido, nomeadamente, a práticas de gestão erradas que podem colocar em causa a manutenção de, cerca de 200 postos de trabalho;
- Considerando que o recurso da empresa a dois pedidos sucessivos de *lay-off*, não resolveu o essencial do problema, pelo contrário, visou adiar o encontrar de soluções para a viabilização da Cooperativa;
- Considerando que apesar dos pressupostos acima referidos, a empresa se gerida com objetivos diferentes, dado o património que possui, terá todas as condições de viabilidade e da preservação dos postos de trabalho;
- Considerando que a Cooperativa continua a alienar património, numa situação considerada inaceitável para os trabalhadores que com apreensão assistem à degradação económica e social da empresa;
- Considerando que neste momento os trabalhadores só receberam parte do salário do mês de Março;
- Considerando que a Administração da Cooperativa não apresenta aos órgãos representativos dos trabalhadores, soluções e vontade na resolução da situação criada.

A Assembleia Municipal da Maia, reunida no dia 26 de Abril de 2012, delibera:

1. Que a Câmara Municipal interceda junto da Administração e Direção da Carpan CRL e CARPAN-Supermercados Unipessoal no sentido de apurar que tipo de apoios pode prestar para a viabilização da Cooperativa.
2. Que a Câmara Municipal diligencie junto do Ministério da Economia que no âmbito do Programa Revitalizar, tome medidas que permitam a viabilização da CARPAN CRL e CARPAN – Supermercados Unipessoal, e a consequente manutenção dos cerca de 200 postos de trabalho.

A ser aprovada, esta Moção deve ser enviada ao Senhor Ministro da Economia e do Emprego, Assembleia da Republica e Presidente da Câmara Municipal da Maia

A enviar aos órgãos de Comunicação Social.

Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda,

Maia, 26 de Abril de 2012

Silvestre Pereira e Francisco Amorim

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Assembleia Municipal da Maia – 26.04.2012

MOÇÃO

PELA MANUTENÇÃO DE ISENÇÕES E DESCONTOS NAS ANTIGAS SCUT

Considerando que:

1. A situação económica e financeira do país tem manifestado expressões preocupantes na vida das famílias e dos cidadãos portugueses;
2. O concelho da Maia concentra pólos de actividade industrial e económica com inequívoca relevância para a região Norte e o país, em vastos domínios;
3. Os municípios maiatos foram afectados pela introdução de portagens nas antigas SCUT, o que se traduziu num agravamento das condições de tráfego e mobilidade nas vias urbanas do concelho;

A Assembleia Municipal da Maia, reunida na sua sessão ordinária de 26 de Abril de 2012, exorta o Governo a manter o actual regime de isenções e descontos nas antigas SCUT em todos os municípios, encontrando ou aprofundando adicionalmente novas formas de discriminação positiva para os concelhos do Interior ou cujo PIB per capita seja inferior a 80% da média nacional.



COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Intervenção do Período Antes da Ordem do Dia – B.



Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Demais membros da mesa,

Caríssimos Srs. Deputados e

Estimados membros do público:

A nossa intervenção começa por um assunto deveras importante, ou não estivesse em causa um direito democrático elementar, o direito à saúde. Foi com enorme preocupação que a CDU verificou o encerramento do Centro de Saúde dos Moutidos, em Águas Santas. Esta situação, a todos os níveis lamentável, não pode ser considerada propriamente surpreendente. Na sessão ordinária do dia 28 de Setembro do ano passado, precisamente no período de antes da ordem do dia, demos conta a esta Assembleia e à Câmara Municipal, aqui representada pela pessoa do seu presidente, bem como de alguns vereadores presentes na assistência, que a bancada parlamentar do Partido Comunista Português, na Assembleia da República, tinha recolhido informações que davam conta, por um lado, da falta de pessoal médico nos serviços de saúde do nosso município, e por outro, das pretensões do ministério da saúde em encerrar unidades da saúde na Maia, situação que estaria a ser estudada já então há muitos meses.

Informou-nos o senhor presidente da Câmara que nem havia falta de médicos nas unidades de saúde da Maia, nem tinha qualquer informação de eventuais encerramentos. É evidente (diga-se, de resto, que já em Setembro o era) que V. Exa. estava mal informado. Alguns meses passados, e eis que se encerra o Centro de Saúde de Águas Santas, o primeiro a ser encerrado

n
T A

na Maia, e logo com o argumento de haver falta de médicos por causa de duas reformas recentes.

Senhor presidente: em nada nos alegra vir aqui mostrar que tínhamos razão para estar preocupados e que as nossas informações eram perfeitamente correctas. Esperamos que a Câmara Municipal possa tomar medidas no sentido de defender os direitos dos milhares de maiatos que, com esta decisão, ficaram lesados, e já agora, de todos os outros que, com toda a evidência, ficarão igualmente lesados nos meses que se avizinhama. Evite-se assim que o deputado comunista venha, daqui a uns tempos, relembrar a intervenção do dia 26 de Abril, em que deu conta de outros cortes nos serviços de saúde prestados na Maia e em que a Câmara Municipal ou a maioria pressurosamente responderam com as suas costumeiras ladinhas.

No âmbito da educação, tal como a saúde um direito universal conquistado pelo povo português fez ontem 38 anos, assiste-se nos dias que correm à tentativa de agrupar as escolas em mega-agrupamentos, com critérios baseados exclusivamente em factores economicistas, de poupança à custa da qualidade de ensino. Perspectivam-se situações insustentáveis, da integração de escolas com milhares e milhares de alunos, criando-se, previsivelmente, autênticas babéis burocráticas. A título de exemplo, podemos referir o futuro mega-agrupamento de Rio Tinto, onde se prevê que estejam integrados 6500 alunos.

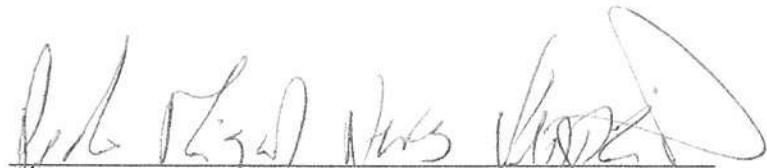
Em face desta iminência, senhor presidente, a CDU pergunta se V. Exa. tem algumas informações relativamente ao que se perspectiva para as escolas da Maia, tendo em conta este novo reagrupamento dos estabelecimentos de ensino: quantos agrupamentos estão previstos para o nosso município, com quantas escolas e quantos alunos. Questionamos também o que pensa a Câmara Municipal de tudo isto.

Antes de terminarmos, não podemos deixar de dar conta da grande manifestação que teve lugar em Lisboa, no passado dia 31 de Março, onde cerca de 200 mil portugueses se juntaram para dizer não à extinção das suas freguesias, entre os quais também maiatos. Chegou a ser cómico o modo como os denominados comentadores, num autêntico exercício de ventriloquismo do governo, procuraram denegrir a todo o custo a importância e o impacto da iniciativa, dizendo, entre outras coisas, ter-se tratado de um desfile etnográfico, ou de um encontro folclórico, conseguindo, de resto, demonstrar o paternalismo bafiento, de fazer lembrar outros tempos, que têm por tudo o que esteja para lá das fronteiras de Lisboa ou Porto. Felizmente que há mais, há muito mais Portugal para lá das carpideiras de serviço.

Referir ainda a aprovação da linha de metro da Trofa, uma luta na qual a CDU sempre se empenhou e cujo trabalho foi essencial para esta conclusão que prestará um importante serviço também para as gentes da Maia.

E por fim, a título informativo, dar conta da realização, no passado sábado, da X Assembleia da Organização Regional do PCP aqui mesmo ao lado, no Fórum da Maia, na qual estiveram presentes cerca de meio milhar de delegados e convidados oriundos de todo o distrito do Porto, que puderam também eles ter a oportunidade de conhecer a nossa cidade, o que muito nos alegrou.

Maia, 26 de Abril de 2012



Deputado da Coligação Democrática Unitária



Doc. 13

W *A* *N*

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Exmo. Senhor

Dr. Castanheira Nunes

M.I. Presidente da Administração

Regional de Saúde do Norte I.P.

Rua de Santa Catarina, 1288

4000 - 447 Porto

ASSUNTO: Centro de Saúde de Águas Santas.

Exmo. Senhor Presidente,

Mais uma vez me dirijo a V. Exa com o desígnio de reclamar a melhor atenção por parte da entidade a que V. Exa. preside para mais uma questão relacionada com a missiva que enviei no passado dia 29 de Março do corrente ano, referente ao assunto em epígrafe.

Tendo tido conhecimento do teor do Ofº. 157/2012/D, de 22-03-2012, enviada ao Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas, pela M.I. Diretora Executiva do Agrupamento de Centros de Saúde da Maia, ACES Maia, Dra. Luisa Fontes, cuja cópia anexo para os efeitos tidos por convenientes, após analisar toda a contextualização feita na mesma relativamente à reestruturação dos Centros de Saúde do Serviço Nacional de Saúde, mais uma vez me ressaltam preocupações não só como cidadão, mas principalmente como Presidente da Câmara Municipal à qual presido.

Na verdade, em relação às soluções propugnadas no referido Ofício para que nenhum dos utentes do Centro de Saúde de Águas Santas fique a descoberto do SNS, nomeadamente através da "inserção gradual dos utentes na USF em Família ou na Dra. Lisete Teles (...)" e da sua colocação na "(...) Extensão de Milheirós", desde logo questiono V. Exa. sobre a garantia de ser, desta forma, assegurada aos utentes "(...) melhor acessibilidade aos serviços de saúde", quando na verdade os utentes, vão ter dificuldades e despesas acrescidas, inerentes à sua deslocação e utilização dos transportes de acesso àquela extensão.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

m
AP
PF

Com este alerta, pretendo reiterar a V. Exa. a importância de serem ponderadas nas soluções propugnadas, aquelas quais se traduzam num benefício para todos os intervenientes, mas essencialmente para os utentes do SNS.

Sem outro assunto de momento, aproveito o ensejo para apresentar a V. Exa. os meus melhores cumprimentos,

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 9 DE ABRIL DE 2012

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

António Gonçalves Bragança Fernandes
(ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, ENGº.)

Anexo: 1 ofício

GAPC/MJM

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho • 4474-006 Maia
Tel. 229 408 600 • Fax 229 490 170 • geral@cm-maia.pt • www.cm-maia.pt

GAPC





CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

✓ J. P. BM
Reunião ordinária
2.º sem. 2012
16/12

Assembleia Municipal da
Maia
Entrada nº 12
Em 24/10/2012

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Paços do Concelho
MAIA

Ofício nº 5.293

**ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA
ATIVIDADE MUNICIPAL.**

Exmo. Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Exa. e através de V. Exa. à
Exma. Assembleia Municipal, a presente Informação.

Esta Informação sobre a Atividade do Município é redigida na circunstância
e a propósito da realização da 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do
ano de 2012.

Esta sessão da Assembleia Municipal estará basicamente focada e
dedicar-se-á principalmente à análise, discussão e votação dos relatórios de
gestão da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados relativos à atividade
que foi desenvolvida durante o ano de 2011, bem como à apreciação e à tomada



*W BPA
T M*

de conhecimento dos documentos de índole similar respeitantes à ação levada a efeito pelas Empresas Municipais nesse mesmo período.

Mas, e também, trazemos à Assembleia um novo conjunto de documentos de ordem e de implicação financeira no que concerne à gestão, os quais têm por quadro a muito recente legislação acerca das novas regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

Compreendemos bem a estrita necessidade e as razões que levaram o Governo a tomar este tipo de iniciativas que têm em vista objetivos que, em si mesmos, são altamente meritórios pois conduzirão a finanças públicas mais saudáveis e que, e em geral no caso dos Municípios, induzirão uma muito mais salutar relação com as atividades económicas locais com as quais mais interagem.

Todavia, e na sua expressão prática, estamos perante um novo conjunto de regras de muito difícil operacionalização e de agilização muito dificultosa pois nos colocam perante um espartilho com que, e pelo menos nos tempos mais próximos, nos será muito custoso de lidar tais as condicionantes que são impostas.

É certo que no panorama geral dos Municípios Portugueses a Maia, e no que à sua situação financeira respeita, encontra-se numa posição e possui um quadro deveras lisonjeiro tendo conseguido ao longo dos últimos anos uma



[Handwritten signature]

solidificação veramente notória das Contas e das Finanças do Município, o que é sobejamente referido e apontado a vários níveis e por várias entidades públicas ou privadas.

Ora isto faz com que encaremos o futuro com alguma tranquilidade mas que, e de todo em todo, não nos leva a descansar ou a despreocupar das questões com que nos vamos e com que mesmo já ao momento nos estamos a deparar, tal é o tolher de movimentos que este novo enquadramento legal provoca.

Quanto à atividade municipal neste pequeno espaço de tempo que medeia entre o momento presente e a última ocasião em que me dirigi por escrito à Assembleia, passo a aludir, e de uma forma sintética, a alguns assuntos que ocorreram ou tiveram notoriedade nas áreas ou sectores em que se inserem.

- Entre 24 de Março e 1 de Abril decorreu no Complexo Municipal de Ténis a 19ª edição da Taça Internacional Maia Jovem 2012, competição que é organizada por inteiro pela Câmara Municipal, e que é dedicada a jovens com idades até aos 14 anos.



A handwritten signature in black ink, consisting of stylized initials and a surname, is positioned in the top right corner of the page.

Esta nossa prova, ao ser uma das que pertencem ao estrito grupo dos doze que compõem os “Torneios de Categoria 1”, num universo de 108 competições do Circuito Europeu de 14 anos da Associação Europeia de Ténis, está a valorizar-se e a ganhar dimensão, ano após ano, afirmando-se e consolidando o seu prestígio no seio dos seus pares.

Na edição deste ano tivemos cerca de 300 Jogadores inscritos, sendo que 29 eram Portugueses e os outros oriundos de 35 Países.

Ao promovermos o desporto promovemos a nossa Terra e as nossas Gentes.

– Com o Projeto “Uma Horta em cada Escola” pretendemos promover nos estabelecimentos de ensino da Maia a criação de hortas biológicas e a formação de professores, auxiliares de ação educativa e dos alunos acerca das temáticas da agricultura biológica e da compostagem.

Esta ação municipal é dinamizada e coordenada pelos nossos técnicos e animadores sediados no Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta, sendo que as tarefas se dividem entre as partes envolvidas estabelecendo-se compromissos de seguimento e de continuidade do projeto de forma a que não seja possível o



[Handwritten signatures]

desvirtuamento do seu grande objetivo que é o de favorecer e contribuir para o equilíbrio dos ecossistemas e da biodiversidade, nomeadamente, e por exemplo, através da incentivação ao uso de composto e fertilizantes orgânicos e a não utilização de pesticidas ou fertilizantes artificiais. Uma breve nota para referir que todas as plantas hortícolas utilizadas são provenientes da propagação por sementeira realizada na Quinta da Gruta.

Ao momento seis desses projetos já estão concluídos sendo que outros seis se iniciarão muito brevemente.

– No dia 16 de Março celebrámos um protocolo de cooperação com a Direção-Geral de Reinserção Social, constituindo-se a Câmara Municipal “Entidade Beneficiária de Tarefas e Trabalho a Favor da Comunidade”.

Já há cerca de dez anos que acolhemos nos vários equipamentos e complexos municipais jovens e adultos a quem tenham sido aplicadas pelos Tribunais medidas alternativas de Trabalho a Favor da Comunidade e substitutiva de Multa por Dias de Trabalho, bem como medidas Tutelares Educativas de Tarefas a Favor da Comunidade.

Assim, temos vindo a cooperar com as autoridades judiciárias e com os organismos de administração da justiça na prevenção da



A handwritten signature in black ink, consisting of stylized letters and symbols, likely belonging to the Mayor of Maia.

criminalidade e na reinserção social. Esta é uma aposta mútua na busca de respostas que possam emergir da sociedade, havendo bastantes demonstrações práticas de sucesso na obtenção de resultados positivos.

– Também no dia 16 de Março, recebemos o Sr. Ministro da Educação e Ciência, Prof. Doutor Nuno Crato, que se deslocou ao “Tecmaia” para uma visita às empresas aí instaladas pertencentes aos clusters da indústria agroalimentar, da saúde e da mobilidade e indústria automóvel, bem como presidiu no ISMAI à cerimónia de lançamento da primeira pedra do seu futuro Complexo Desportivo.

A finalizar, informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

- | | |
|-------------------------------|--------------|
| a) Documentos – | 1.568.216,70 |
| b) Dotações orçamentais – | 730.870,35 |
| c) Dotações não orçamentais – | 4.519.354,42 |



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

*W
T
AF*

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, manifesto-me ao inteiro dispor de V. Exa e da Exma Assembleia Municipal para prestar quaisquer outras informações mais especiosas que, eventualmente, entendam por necessárias e ou convenientes.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 11 DE ABRIL DE 2012,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

António Gonçalves Bragança Fernandes
(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)



Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

Senhoras Secretárias da Mesa da Assembleia Municipal,

Senhoras e Senhores Deputados,

Órgãos da Comunicação Social,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O exercício de 2011 decorreu num contexto de fortes limitações financeiras, tendo exigido do Município um esforço suplementar no controlo da despesa municipal, nomeadamente ao nível das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, bem como aos subsídios atribuídos a vários níveis, tudo num quadro em que a capacidade de efetivar investimento ficou consideravelmente limitada.

Com um orçamento para 2011 cujo valor final foi de 90,8 milhões de euros, a receita cobrada aproximou-se dos 63,5 milhões de euros e a despesa paga superou os 62 milhões, o que representa uma taxa de execução orçamental na ordem dos 68%.

No que respeita à execução orçamental verifica-se que a taxa de execução das receitas correntes foi de cerca de 94%, sendo que as receitas de capital tiveram um desempenho bastante mais modesto

✓

✓

AP

em razão do período de forte recessão económica que tem vindo a inviabilizar a concretização de um conjunto de expectativas de venda de bens de investimento.

No capítulo da despesa, a taxa de execução atingiu 68,40%. As despesas correntes tiveram uma taxa de execução de cerca de 88,5% e as de capital de pouco mais que 44%.

No cômputo geral da receita regista-se o decréscimo de 8,5% face ao ano anterior, sendo de 3 % a redução nos impostos diretos muito em razão do comportamento da derrama, cuja diminuição rondou os 21%, bem como do IMT que decresceu em 9%.

Também ao nível dos “Impostos Indiretos e Taxas” se constata uma redução significativa, na ordem de 16%. Aqui o fator mais importante é o da diminuição dos proventos da área de “Loteamentos e Obras” em cerca de 39%, o que é bem demonstrativo da atual conjuntura económica.

O volume total da despesa paga em 2011 cifrou-se em 62,1 milhões de euros, traduzindo uma taxa de execução de 68%, sendo que a respeitante às despesas correntes se situou em 89%.

W

7 A

As medidas adotadas pela autarquia de contenção na realização da despesa municipal, conduziram a um significativo decréscimo na nova despesa faturada.

Este valor, ao situar-se em cerca 11,1 milhões de euros, significa uma taxa de redução de quase 16%, influenciada pelo comportamento quer da despesa de natureza corrente quer da de capital.

Numa fase de grandes constrangimentos impostos ao Poder Local, nomeadamente pela grave circunstância económica e financeira para onde conduziram o País, os números antes referidos traduzem bem o esforço que a autarquia da Maia tem vindo a realizar.

O esforço que temos vindo a empreender na redução da dívida municipal teve neste exercício mais um importante passo nesse árduo e longo caminho que elegemos da consolidação das finanças municipais.

No ano de 2011 a dívida total decresceu 11,1 milhões de euros, ou seja, a uma taxa de 14,5%, situando-se agora em 65,7 milhões de euros.

A dívida de médio e longo prazo diminuiu em quase 13% e a de curto prazo em 21%.

Se considerarmos o período de tempo entre 2006 a 2011 a dívida total baixou 41,5%.

✓
D
AP

Ora isto é um marco a nível nacional, aliás como alguma comunicação social e entidades que se dedicam ao estudo destas questões têm vindo a salientar.

Um apontamento acerca da dívida a fornecedores de conta corrente que no exercício diminuiu, note-se, em 50%, e que a dívida a fornecedores de imobilizado baixou em 31%.

Apesar, e não obstante, termos conseguido obter este desempenho, lográmos atingir um prazo médio de pagamento a fornecedores que, no final do ano, já era inferior a 80 dias.

Os limites estabelecidos ao endividamento municipal foram integralmente cumpridos.

O endividamento a médio e longo prazo situou-se a cerca de 95% da sua capacidade de utilização e o endividamento líquido posicionou-se em 9,8 milhões de euros abaixo do limite que nos está consignado. Isto apesar do impacto negativo do sector empresarial local, em especial o Tecmaia, e das restrições impostas pela Lei do orçamento do estado para 2011.

Apesar do resultado líquido do exercício ser negativo em cerca de 4 milhões de euros, importa salientar e deixar aqui a devida nota, de que a atividade operacional do Município, na sua essência, é geradora de resultados positivos.

✓
P
A

É que o resultado operacional é fortemente influenciado pelas amortizações e provisões que, ao se situarem em cerca de 2,8 milhões de euros, condicionam de forma decisiva os resultados do exercício.

Na verdade, e se retiradas as amortizações e provisões, os restantes custos operacionais tiveram uma redução de 1,34 milhões de euros, o que permitiria apresentar resultados operacionais positivos.

O ano de 2011 decorreu desta forma difícil, de gestão apertada, e financeiramente foi um período muito condicionado e limitado.

Os próximos anos, e em especial o corrente, serão muito caracterizados por grandes dificuldades económicas para as famílias no que respeita a sérios problemas originados pelo desemprego crescente na nossa sociedade e por debilidades de rendimento a todos os níveis, que levarão muitos agregados familiares a incumprimentos vários.

Por isso a atenção e o empenho do Município no apoio social nas várias vertentes de que este se reveste será cada vez mais especioso e atuante.

É bem sabido que a ação social que levamos a efeito é vasta e, em muitas circunstâncias, de caráter inovador na forma e na substância em que é realizada.

21

28

AF

No que a contas diz respeito e no que em contas se traduz essa nossa atividade, atitude e empenho, não cabem e não se confinam à rúbrica consignada na arrumação contabilística designada, "tout-court", por Ação Social.

Vai, isso sim, muito para além disso, pelo que quando alguns se referem ao que a Câmara dedica ao "sector social", o fazem por defeito e muitíssimo por defeito.

Mas isso, simplesmente, porque querem ser simplistas.

Bastará, meramente, lembrar as entregas em espécie como por exemplo a disponibilização de terrenos, e de edifícios ou parte de edifícios, a entidades ou instituições de solidariedade social, o que nos últimos anos teve uma expressão que se eleva a cerca de 3,5 milhões de euros.

A este valor há que acrescer os montantes de taxas municipais às quais concedemos isenções ou reduções em empreendimentos de instituições de interesse público, o que, nos últimos cinco anos, teve um significado de 469 mil euros.

Ou, e noutro âmbito, o apoio às nossas crianças em idade escolar e suas famílias consubstanciado em vários programas de ação social escolar no ensino básico e no pré-escolar tais como o "Serviço de Apoio à Família", a atribuição de subsídios para aquisição de material didático ou a disponibilização de refeições escolares, o que em muitos casos o fazemos de forma gratuita a alunos mais carenciados, ou os programas de ocupação de tempos livres a Crianças em idade escolar nos seus períodos de férias, ou as ações

✓

98

18

que são levadas a efeito nas Lojas da Juventude um pouco espalhadas por todo o Concelho no apoio e na orientação a Jovens. Lembraria também a ação e o nosso empenho no apoio financeiro a instituições de caráter social, da iniciativa da sociedade civil ou da religiosa, IPSS ou não, para aquisição ou construção de suas instalações quer dedicadas a Crianças, a Jovens, a Pessoas portadoras de deficiência, ou ao grupo etário da Terceira Idade.

Uma última nota acerca da designada Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, a qual já abordei na Informação à Assembleia.

Trata-se de Lei de aplicabilidade muito discutível e de difícil articulação, que vem colocar em causa, seriamente, a autonomia do Poder Local, colocando-se em sério risco a atividade e conduzir a uma paralisação de atos administrativos e de processos aquisitivos, mesmo os mais comezinhos.

Ora isto, a acrescer a uma esperada, e séria, diminuição de receitas nomeadamente no IMT, Derrama e Taxas municipais, as quais, no último trimestre de 2011 já se apoucaram em cerca de 1 milhão de euros, vai concorrer para que a nossa margem de gestão seja muito limitada.

W
J
MF

A Maia, conforme já antes demonstrado, está a fazer, e com grande antecipação, o que tem de fazer com vista ao equilíbrio das suas contas.

Daí a Lei em causa nos parecer excessiva.

A questão do cálculo dos Fundos Disponíveis é uma das pedras de toque da questão pois é limitadora e cerceadora ao não levar em conta p. ex. as receitas oriundas do Estado originadas pela delegação de competências do Ministério da Educação.

Por outro lado, tudo isto aparece abruptamente, apenas três meses após a entrada em vigor do orçamento para 2012, vindo alterar de forma drástica princípios que estavam consolidados e perturbar profundamente a execução do orçamento municipal para o ano em curso.

A título de pequeno exemplo apontaria a circunstância da data efetiva da liquidação dos subsídios a Associações e Coletividades virem a contar para a determinação do prazo médio de pagamento.

Ou seja, e em suma, o orçamento fica desvirtuado.

Todavia, salientaria a disponibilidade, na verdade às vezes pouca, do Governo em ouvir os Municípios acerca deste assunto com vista a melhorar a sempre referida Lei.

Em suma, e numa ótica imediatista que a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso encerra, estamos perante uma situação paralisante da atividade autárquica, mesmo para os municípios que têm presentemente a dívida de curto prazo relativamente controlada, como é o caso do Município da Maia.



✓
7 MA

**Bloco de Esquerda
Maia**

**Sr. Presidente da Câmara
Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Srs. Vereadores
Srs. Deputados
Exmo. Público Presente
Digníssima imprensa**

A Prestação de contas e Relatório de Gestão de 2011, ocorre num momento em que a situação política e social do nosso país de forte agravamento das condições de vida dos portugueses em consequência das medidas recessivas impostas pela troika e levadas a cabo pela maioria PSD/CDS que nos governa com completa subserviência aos ditames alemães, do Banco Central Europeu e do FMI, com os reflexos gravíssimos que todos sentimos e aos quais também os cidadãos no nosso concelho não podem fugir.

Com efeito, hoje no nosso concelho o desemprego já atinge números assustadores, cerca de 14% da população activa e nos jovens este flagelo é ainda mais grave, são já cerca de 34%! Também, o número de empresas e pessoas insolventes está a atingir números escandalosos.

Esta Assembleia acontece no dia 26 de Abril de 2012. Parece que foi ontem, mas passaram já, 38 anos desde Abril de 1974. A Revolução abriu novas esperanças que se traduziram num conjunto de conquistas que mudaram radicalmente a relação de forças e que melhoraram de modo profundo a vida do nosso povo! A democracia passou a imperar, os direitos liberdades e garantias dos portugueses passaram a ser um facto e considerados na Constituição da República.

O nosso país evoluiu efectivamente num curto espaço de tempo de um estádio de atraso secular para uma situação de desenvolvimento acelerado para o qual o poder democrático autárquico deu um contributo decisivo!

A proximidade, o conhecimento dos problemas a participação activa e democrática dos cidadãos ajudou a construir um país mais justo e equilibrado.

Mas eis que em apenas 10 meses de governação PSD/CDS, tudo o que Abril permitiu conquistar é colocado em causa, é destroçado de modo implacável, como se de uma vingança contra Abril se tratasse! o desemprego é tido como um mal menor e inevitável, as falências em catadupa são naturais e normais, o fim do estado social uma fatalidade e até o poder autárquico através de uma pretensa

reforma administrativa poderá vir a ser, caso a pretensão se concretize, ferido de morte...

Para o poder vigente e submisso, ficam os mercados como único axioma intocável, dominador e regulador da sociedade e impossível de colocar em causa. Esta é a receita venenosa que nos pretendem impor como inevitável e única!

Ora o BE continua a afirmar que esta não é saída nenhuma, antes pelo contrário é o caminho para o abismo e para o retrocesso social e até civilizacional do nosso país e da Europa!

Temos de corajosamente questionar tudo!

Temos de nos questionar e também nesta Assembleia, porque deixamos que nos imponham e impinjam esta como única solução, e à boleia deixemos tranquilamente que uma parte cada vez mais significativa dos nossos cidadãos, percam os seus legítimos direitos e sejam lançados para a miséria, perdendo os mais básicos e elementares direitos de cidadania.

Temos de nos questionar porque é que pacificamente, vamos deixando os nossos jovens à deriva, sem expectativa de vida nem de futuro, sem emprego, cujo abandono escolar prematuramente vem aumentando assustadoramente.

Temos de nos questionar como podemos sentir-nos em paz quando verificamos que se não fossem as refeições nas escolas, muitas crianças passavam fome e não tinham uma única refeição digna desse nome.

Temos de nos questionar como é que nos sentiríamos na pele de muitos idosos com as suas magras pensões que mal chegam para o pão e que vão adiando a compra de medicamentos e acelerando a morte por falta de tratamento!

Caros colegas deputados não acredito que não vejam o mesmo que eu vejo, que não sintam o mesmo que eu sinto! É que são as pessoas que estão em causa! São os portugueses são os maiatos!

Questionemo-nos também! É assim tão normal que aceitemos pacificamente que tudo isto aconteça sem que perguntemos, nada mais existe para além de uma dívida que não sabemos ao certo o seu valor a quem devemos e se efectivamente a devemos! E as pessoas! não são parte integrante da sociedade que construímos e à qual todos pertencemos?

Somos inteligentes, com Abril construímos uma sociedade mais inclusiva e justa e não podemos por isso deixar de reconhecer que também no nosso Concelho, isso foi e é visível. Não podemos permitir (todos), que a reversão dos valores, das conquistas de direitos fundamentais, nomeadamente os da solidariedade e da democracia nos seja escamoteados e subtraídos de modo gratuito e sorrateiro. E isto, caros colegas deputados sinto todos os dias que é o que estão a fazer ao povo português em nome do combate ao deficit e da crise...

É neste contexto que a avaliação da prestação das contas referentes a 2011 se nos coloca, mas são as opções políticas que tudo podem definir. Isto é, ou somos subservientes perante o poder e aplicamos ou executamos a política meramente sob o ponto de vista contabilístico, ou temos a coragem de politicamente definirmos estratégias de investimento de acordo com as necessidades efectivas do nosso povo e do nosso concelho.

Nós no Bloco de Esquerda sabemos e todos vocês sabem, que com o aproximar das eleições autárquicas algumas medidas recessivas serão suspensas e novas medidas de retórica e de fachada serão tomadas porque a necessidade de inaugurações será premente. Por isso, e apesar de não considerarmos a governação actual da nossa autarquia de estilo jardinista, isto porque nela encontramos alguns aspectos que consideramos positivos, nomeadamente no que diz respeito ao apoio social, no apoio ao ensino e até no esforço de redução da dívida da autarquia.

Mas esta à custa de quê? Naturalmente à custa de um desinvestimento que vai deixando por cumprir necessidades fundamentais, tais como a reabilitação urbana, como é exemplo o Bairro do Sobreiro que continua em acelerada degradação, colocando em causa as condições de habitação destes maiatos, assim como a necessidade de um aumento no apoio às famílias e particularmente aos idosos.

A acção política são opções e estratégias que colocam em primeiro lugar a resolução dos problemas das pessoas e as que são aplicadas no nosso Concelho, são nitidamente de um seguidismo evidente da política austera e centralista do governo PSD/CDS. E isto, os números demonstram-no de forma inequívoca, o relatório de gestão prova que o executivo se tem ficado quase e só, pela mera gestão corrente.

CONCRETIZO AGORA ALGUMAS NOTAS SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2011 QUE, EM NOSSO ENTENDER, SÃO O PARADIGMA DAQUELO QUE ATRÁS REFERIMOS.

Assim:

1. As contas da Câmara Municipal da Maia relativas a 2011 confirmam, mais uma vez, a denúncia que ao longo dos tempos vimos fazendo. Os orçamentos elaborados do município têm sido sistematicamente assentes em previsões de receitas completamente irrealistas, constantemente desmentidas pela realidade cruel da execução. Não é por isso para nós nenhuma surpresa, o reduzido grau de concretização do orçamentado, apenas 68%, para um orçamento de 90.793.285,00 o executado foi de apenas 62.102.736,00, um lapso de quase 29 Milhões! Quando reprovamos o orçamento fizemo-lo com a certeza de que o mesmo era imcumprivel, e mais uma vez tivemos razão.
2. Os pressupostos são sempre os mesmos, a receita de capital prevista para 2011, era de 29.062.951 milhões de euros, e os reduzidos 5.968.641,00€ efectivamente concretizados demonstram um falhanço colossal que é recorrente, isto é, um grau de concretização de pouco mais de 20% Parafraseando o ministro das finanças, é de facto um desvio colossal!

- 81 AF
3. Verifica-se ainda, que no que diz respeito ao orçamento das receitas correntes, as mesmas atingirão um grau de cumprimento de quase 94%. Mas aqui a previsão é mais fácil de ser assertiva e assim as mesmas, para os previstos 61.366,560 a execução ficou-se pelos 57.431.770 €.
 4. Mas esta incapacidade de prever e planear deste executivo é de facto evidente e grave. São exemplo disso as que dizem respeito às receitas de capital. Com efeito, o desvio nas despesas de capital porque como reconhecem que as mesmas foram previstas no orçamento, como se os investimentos fossem financiados pelas receitas correntes, o que levou a mais um desvio de 44,3%! Isto é para uma previsão 41.333.688 apenas se concretizaram 18.339.026€!
 5. Portanto, e no que se refere à capacidade da Câmara Municipal para fazer previsões, como muitas vezes aqui afirmamos, estas são recorrentemente falhadas.
 6. Assim, do histórico das receitas próprias do município é evidente uma tendência sistemática de decréscimo significativa das receitas arrecadadas desde 2008, estas passaram de 78.620, para 78.430 em 2009, para 69.294 em 2010 e 63.401 em 2011, correspondendo a uma taxa de execução de pouco mais de 69% relativamente ao orçamento previsto. E a degradação da economia irá provocar constrangimentos de execução ainda mais gravosos no futuro.

■ Isto leva-nos a uma conclusão lógica, a estrutura de receita da Câmara está fortemente dependente das receitas provenientes dos impostos directos cobrados aos cidadãos maiatos e são a fotografia da evolução social e económica do concelho.

Com efeito, só o IMI, que no nosso concelho é cobrado pela taxa máxima, tem um peso superior a 59% do total dos impostos directos pagos, e foi superior em 5,9% ao recolhido em 2010, também o imposto único de circulação teve um incremento de 7,13%. Já a derrama que demonstra o estado decadente da estrutura comercial e industrial do nosso concelho, sofreu uma redução de quase 22%, também o imposto sobre transmissões onerosas sofreu uma queda de mais de 9% o que revela bem a crise no sector do imobiliário. Ora, tendo em conta a incapacidade de gerar receitas próprias e com o esgotamento das engenharias financeiras através da criação dos fundos imobiliários que levaram à antecipação e delapidação de receitas futuras, vai tornar-se cada vez mais difícil a gestão camarária. Esta é a realidade de uma Câmara em claro processo de desaceleração de actividade.

Por tudo o que atrás referimos, não podemos aprovar as contas e o relatório de gestão que nos é presente! Sabemos que a Maia deu passos importantes em muitos aspectos que não queremos escamotear! Mas tal como dissemos no debate das Grandes Opções do Plano, a política é feita opções de escolhas corajosas e as nossas seriam diferentes!

Grupo Parlamentar do BE
Assembleia Municipal

Maia, 26 de Abril de 2012

Silvestre Pereira
Francisco Amorim

26/04/12
Francisco Amorim

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

W
P M

3.3 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Demais membros da mesa,

Caríssimos Srs. Deputados e

Estimados membros do público:

A análise à documentação apresentada pelo executivo municipal denota, desde logo, uma discrepância assinalável entre previsões e execuções, a qual, em nosso entender, importa analisar.

Ao nível das receitas para o orçamento de 2011, verificam-se algumas taxas de execução verdadeiramente incipientes, por exemplo, no que às receitas de capital concerne – 20,54%. Refere o documento que estas “continuam a ficar muito aquém do previsto (...) para o que muito contribui o período de forte recessão económica que se tem vivido”. (p. 22) Outro exemplo sintomático desta debilidade está no que a outras receitas concerne. Apesar de, é certo, em termos nominais, se tratar de um valor facilmente considerável residual no bolo total das previsões, o certo é que uma taxa de execução cifrada em 8,66% é verdadeiramente de uma pobreza franciscana. Globalmente, os dados apontam para uma taxa de execução das receitas na ordem dos 70%, que é o mesmo que dizer 27 milhões de euros abaixo da previsão inicial.

Pois bem: 27, 25, 30 milhões, no fundo, é irrelevante para o caso. Como oportunamente a CDU referiu, os valores das previsões eram irrealistas, insuflados com o propósito de dar azo a algumas parangonas e a uma ou outra entrevista auto-elogiosa do senhor presidente da Câmara,

Os impostos directos e os impostos indirectos, como era da mais elementar evidência, ficaram aquém das previsões, bem como os rendimentos de propriedade. Os dois primeiros, especialmente, são sintoma da diminuição das rendas das famílias e das empresas, são a mais evidente consequência prática da usurpação que PSD e CDS, no governo central, vêm fazendo aos portugueses. Ora, a Câmara Municipal da Maia vem repetidamente elogiando esta agressão a mando dos directórios internacionais. Aliás, basta ler a informação do senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia, há pouco apresentada, para sabermos o quão, nas suas palavras, “altamente meritórias” são as medidas governamentais.

Tal postura de subserviência partidária em nada ajuda o povo da Maia. Lá diz o ditado que tão ladrão é quem vai à horta com quem fica à porta. Esta Câmara, com estas posições, corrobora as políticas do governo, concomitantes com o empobrecimento da nação. Este documento mais não faz do que demonstrar isso numa perspectiva municipal.

Maia, 26 de Abril de 2012



Deputado da Coligação Democrática Unitária



W

7

MF

2.ª Sessão Ordinária de 26/04/2012

Ponto 3.3. Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2011 da CMM

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Deputados

Senhor Presidente da Câmara Municipal

As prestações de contas e os respetivos relatórios de gestão são instrumentos que revelam, para além do estado económico e financeiro, as opções estratégicas e as políticas preconizadas por um executivo.

O relatório de gestão que é presente hoje à Assembleia Municipal da Maia revela-nos as opções do executivo desta câmara e o seu grau de alinhamento face à proposta de orçamento aprovada para o ano em causa. Aquando da apresentação dessa proposta o Partido Socialista (PS) teve a oportunidade de afirmar aqui que a forma como o executivo olhava para o futuro do concelho era clara e reveladora de que a Maia iria "marcar passo", num momento em que se exigia de todos um esforço de adaptação para nos anteciparmos ao novo paradigma social e económico que vivemos.

Agora que esta Assembleia tem a oportunidade de analisar a prestação de contas relativa a essa proposta de orçamento, o PS poderia aqui, simplesmente, reafirmar todas as análises que realizou em dezembro de 2010, pois estas acabaram por se tornar realidade. Apesar desta prestação de contas revelar que a análise feita pelo PS era realista, esta deixa-nos desapontados porque revela que a Maia manteve um ritmo de estagnação e, sobretudo, revela-nos alguns indicadores preocupantes em termos de capacidade de resposta que o município terá neste período de crise.

Na altura o PS criticou a visão despreocupada que o executivo apresentava face ao futuro, e a afirmação do Presidente da Câmara que referia não haver necessidade de grandes opções a tomar face à gestão corrente do município. O PS alertou para esta visão distorcida da realidade e alertou para o perigo de se enfrentar um período difícil com esta postura de ligereza e despreocupação.

Como é evidente, e isso fica demonstrado pela prestação de contas que hoje analisamos, o executivo falha constantemente ao nível das suas previsões, o que é revelador de um desajustamento da realidade local e nacional. Isto fica claro nos resultados finais das contas do município, nomeadamente na quebra abrupta do resultado líquido do exercício, com uma contração próxima dos 200%, com um posicionamento negativo de 4M€.

Olhando, de forma geral, para o orçamento, nota-se que a falta de realismo do executivo ficou clara na sobreavaliação feita das **receitas correntes**. Num período em que o país já dava sinais claros e evidentes de uma grave crise económica o executivo municipal não foi capaz de perceber essas evidências.



O desvio de 4M€ face às previsões e de -3% face ao executado no ano anterior é revelador desta realidade. Não prever uma contração da economia local, como se verifica com a clara redução das receitas provenientes, por exemplo, da derrama, é por demais evidente da falta de realismo e da despreocupação como foi preparado o ano financeiro que agora analisamos.

E isto para não falar dos já crónicos desvios das **receitas e despesas de capital**, com taxas de execução de 20 e 40% respetivamente. O PS realçou bem, na discussão do orçamento, que o valor global nunca superaria os 70M€. A verdade é que este andou próximo dos 64M€, o que significa um desajustamento de cerca de 27M€ face aos 91M€ previstos pelo executivo. Qualquer que seja o indicador analisado, receitas ou despesas, a conclusão é a mesma. A falha nas previsões da CMM é uma constante.

Em termos de receitas, como foi já evidenciado, registou-se uma quebra geral de cerca de 8,5%, sendo de realçar que no que diz respeito à venda de bens e serviços correntes uma tendência contrária. Um aspeto que, na análise fria dos números, poderá ser positivo, mas que deverá merecer uma análise séria e detalhada, nomeadamente em algumas áreas sensíveis, para que se garanta o não acréscimo de austeridade aos maiatos, que por si só, já se encontram sobrecarregados pelas medidas do Governo.

No que respeita às **transferências**, de assinalar que estas apresentaram, em termos de receitas, uma diminuição conforme se esperava, devido às novas regras de controlo orçamental e à conclusão de programas que a Maia beneficiou. No entanto, um dado há a assinalar. Em termos de receitas as transferências correntes verificaram uma redução de meio ponto percentual, mas quando analisamos as transferências correntes efetuadas pela CMM assinalamos uma redução global de 20,35%. Neste particular assinala-se uma redução de 1,33% das transferências para as freguesias, de 28,53% para as instituições sem fins lucrativos e menos 30% para as famílias. A CMM revela aqui ser mais dura do que o próprio Estado.

Ao nível das transferências de assinalar que apenas 0,7% das transferências correntes têm como destino o apoio a instituições de caráter social. Já há muito que o PS vem insistindo na necessidade de a CMM ser criteriosa na atribuição dos subsídios. Sempre reconhecemos que a este nível poderiam existir cortes, que efetivamente aconteceram, mas sempre chamamos a atenção para a discrepância de atribuição destes subsídios e nomeadamente para a falta de um apoio efetivo às instituições que, num momento tão difícil como aquele que atravessamos, deveriam merecer uma maior atenção.

Relativamente às transferências de capital regista-se, nestas áreas de apoio, um corte de 53%, sendo de destacar o peso residual de 4% que as mesmas têm em termos de valor global. Em termos de transferências de capital a prioridade da CMM continuou a ser a instalação de serviços, tendo a comparticipação para a construção do edifício da Junta de Águas Santas recebido 65% do valor global destas transferências.

Em termos de investimentos nota para a continuação da política que o executivo vem seguindo há anos, não existindo na Maia nenhum projeto ou projetos com a marca do município. Mesmo em termos de investimento vamos assistindo a uma gestão corrente e à alimentação do que já existe ou foi contratualizado.



No que diz respeito às **despesas de funcionamento** nota para a diminuição de 0,18% com as despesas de pessoal. Uma redução, que face aos cortes anacrónicos realizados pelo Governo, nos parecem ficar aquém do esperado.

Ainda no campo das despesas, nota especial para aquilo que pode e deve ser uma área de atuação do município, nomeadamente no tão falado “corte de gorduras de funcionamento”: a **aquisição de bens e serviços**. Nesta área, e em termos de previsão, o executivo preconizava uma redução de cerca 14% destas despesas. No entanto, aquilo que se veio realmente a verificar foi uma redução de 5,63%, o que significa uma redução de 800m€. Aliás, um valor próximo daquele que o PS previu em dezembro de 2010. Há data, alertamos para o facto de recearmos que o corte não iria ser tão acentuado como o previsto. Pela evolução dos indicadores concluímos mesmo que a redução não deveria ir muito além dos 600m€. Infelizmente, mais uma vez o PS teve razão.

Como vimos, a redução real ficou-se pelos 800m€. Um valor muito aquém dos 2,9M€ que o PS entende ser possível atingir. De notar que ao nível da área metropolitana do Porto houve municípios a atingir cortes nestas áreas próximos dos 20%. Uma gestão mais rigorosa permitiria à Maia alocar capitais para outras áreas essenciais ao investimento futuro. Esta ténue redução, em despesas onde não temos dúvidas em afirmar, a CMM continua a gastar mal e em demasia, reflete bem a pouca ambição e a falta de previsão futura deste executivo. Consideramos totalmente incompreensível o facto de num ano em que eram exigidos cortes eficientes, a CMM tenha gasto mais do que no ano anterior em despesas de representação de serviços (+12%), em estudos, pareceres e projetos (+4%) e em publicidade (+19%).

Erros que se acumulam, erros para os quais o PS tem alertado sistematicamente, mas que o executivo teima em não querer ouvir. Só nestes 3 exemplos apontados, o aumento efetuado em despesa, daria para a CMM aumentar para mais do dobro, o ténue apoio que prestou, em termos de transferências de capital, às instituições de apoio social.

Desta forma, o PS só tem uma conclusão a tirar deste tema. O executivo continua a marcar passo em termos de possibilidade de tornar eficiente a gestão da CMM. A redução conseguida de 800m€, muito inferior à previsão inicial do executivo e, em nosso entender, de si, já pouco ambiciosa, acaba toda por ser absorvida em outras despesas correntes, não permitindo nenhum benefício real.

Uma nota positiva para aquilo que tem sido a prioridade assumida do executivo: a **redução da dívida**. Apraz-nos registar a diminuição consistente da dívida, no entanto, é de assinalar o dado referente ao peso que esta ganha em termos de orçamento, voltando este ano a aumentar, registando um peso de 15% em termos do total da despesa paga. Este dado é revelador das opções do passado e da dificuldade que as mesmas colocarão ao município, num ano difícil como o de 2012.

Outra nota de preocupação que o PS deve realçar, prende-se com a opção assumida da não integração nas demonstrações financeiras, dos passivos evidenciados pelos fundos de investimento imobiliários fechados, dos



quais o município é titular. De realçar que estes fundos apresentam passivos próximos dos 18M€. Compreendemos a opção seguida, mas não podemos deixar de salientar este facto e de referir a existência de boas práticas que aconselham a opção contrária. Não podemos esquecer esta situação que, em termos reais, poderão ter um impacto muito indesejável nas contas do município.

Não poderíamos terminar esta análise sem fazer referência à **consolidação das contas**. Também aqui a opção da CMM passa por apenas incluir as empresas das quais é detentora do capital social e dos serviços. Esta situação merece-nos alguns reparos, nomeadamente quando analisamos o estado financeiro de empresas como a Tecmaia, em que o município é detentor de 51% e que apresentam resultados negativos de 1,4M€. Quanto às empresas municipais de referir também a situação deficitária da Academia das Artes, uma empresa em desequilíbrio financeiro e que contribui, no perímetro de consolidação assumido, para os resultados líquidos negativos globais próximos dos 3M€.

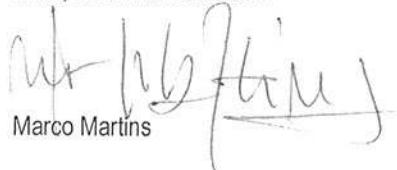
O PS há muito vem referindo a necessidade de se repensar o universo das **empresas municipais**. As contas destas empresas demonstram essa realidade. O PS assume aqui mais uma vez a sua opção de reintegrar serviços na Câmara de empresas que não apresentam situações económicas e financeiras capazes.

Como referi no início, a prestação de contas é o reflexo das opções políticas e estruturais seguidas por um executivo. Ficou bem claro pela análise a estas contas que este executivo não tem as suas opções alinhadas com aquilo que devem ser os desafios de uma autarquia num momento de transformação do nosso paradigma social.

As opções do PS para a Maia seriam bem diferentes. É urgente que a CMM olhe para as áreas essenciais do desenvolvimento e que recentre as suas apostas. O PS há muito vem reivindicando mais proatividade por parte deste executivo, mais preocupação com aquilo que deve ser uma atuação próxima dos cidadãos. O momento é difícil, mas exige dos agentes políticos um esforço para imprimir à população uma mensagem de esperança no futuro. Essa mensagem não deve ser apenas constituída por palavras. É possível concretizar pequenas ações diárias que motive os cidadãos e os leve a acreditar nos seus representantes. A CMM tem uma grande responsabilidade a este nível, mas deve ser capaz, sem dogmas e preconceitos, assumir os seus erros, corrigir o essencial e alinhar a sua atuação em áreas chaves, que permitiram libertar recursos para o desenvolvimento de uma política em que realmente, as populações, reconhecessem os benefícios dos órgãos políticos que estão próximos de si.

Sem que isto aconteça, o PS não poderá validar as políticas deste executivo.

Maia, 26 de Abril de 2012


Marco Martins